

CPI do Ministério da Educação está protocolada no Senado

O senador Randolfe Rodrigues protocolou um requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as denúncias de corrupção e tráfico de influência no Ministério da Educação - que gerou a prisão do ex-ministro Milton Ribeiro e que pode ter o envolvimento direto do presidente Jair Bolsonaro. O futuro da CPI agora está nas mãos do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O requerimento traz 30 assinaturas. [Política 4](#)

Recife

Auxílio já foi pago para 10 mil famílias

Só ontem foram 948 novos beneficiários da indenização aos atingidos pela tragédia das chuvas. Já foram gastos R\$ 25,5 milhões. [Vida Urbana 12](#)

Pernambuco

Maio registra o melhor saldo de empregos

Saldo de novas vagas formais da economia pernambucana foi de 6.508 em maio, interrompendo a sequência negativa de março e abril. [Economia 6](#)

Brasileiro

Sport perde e vê rivais cada vez mais distantes

Em queda de rendimento na Série B, o Leão foi dominado e batido pelo líder Cruzeiro. A derrota por 2 a 1 deixa o Sport 4 pontos abaixo do G4. [Esportes 15](#)



MARCOS PASTISH/DIVULGAÇÃO



CRUZEIRO ESPORTE CLUB/DIVULGAÇÃO

Pernambuco registra primeira morte por chikungunya

Uma mulher de 86 anos foi a primeira vítima por chikungunya no estado em 2022. A idosa era moradora de Petrolina. Segundo a SES-PE, houve um aumento de 17,2% nos casos da doença em relação ao ano passado. [Vida Urbana 13](#)



sac
(81) 9217 0191 (whatsapp)
sac@diariodepernambuco.com.br



assinaturas
(81) 3320 2020 (capital)
0800 2818822 (interior)
Fotografe o QR code e acesse a página para fazer a sua assinatura do Diário

nas redes

YouTube [diariodepernambucoTV](#)
Facebook [Diário de Pernambuco](#)
Twitter [@DiarioPE](#)
Telegram [DiariodePernambucoOficial](#)
Instagram [@diariodepernambuco](#)

Anuncie no **classilider 3419 9000**
classilider@diariodepernambuco.com.br
editais@diariodepernambuco.com.br
depto.comercial@diariodepernambuco.com.br





Marcelo Alves Dias de Souza *

opiniao.pe@diariodepernambuco.com.br

Corte Constitucional e Tribunal Supremo

Na atualidade, muito se fala do nosso Supremo Tribunal Federal, embora os que assim o fazem saibam pouco ou quase nada da real conformação e do funcionamento do dito cujo. É um tribunal badalado – discutido, talvez fosse a palavra mais justa –, sem dúvida.

Mas, deixando de lado as discussões de torcida, uma das coisas mais curiosas acerca do STF é o fato de ser ele, ao mesmo tempo, corte constitucional e tribunal supremo.

Uma corte constitucional é um órgão com feições jurisdicionais, previsto na Constituição, em regra posto à parte do Poder Judiciário, cuja função é analisar/julgar a constitucionalidade de leis e de outros atos dos poderes do Estado, para garantir o devido respeito ao texto constitucional. Fruto do trabalho teórico do austríaco Hans Kelsen (1881-1973), trata-se, nas palavras de Helmut Simon (em *La Jurisdicción Constitucional*, texto constante do *Manual de Derecho Constitucional* organizado por Ernest Benda e publicado pela Marcial Pons Ediciones em 1996),

de “uma instância institucionalmente orientada à manutenção e vigência de uma Constituição”. E que, como diz Vitalino Canas (em *Introdução às decisões de provimento do Tribunal Constitucional*, publicação da Associação Acadêmica da Faculdade de Direito de Lisboa, 1994), “sejam órgãos específicos de fiscalização da constitucionalidade, ou desempenhem paralelamente outras funções, denominem-se Tribunal Constitucional, Conselho Constitucional, Tribunal de Garantias Constitucionais, Supremo Tribunal Constitucional, Tribunal Superior ou de qualquer outro modo, encontramos-os hoje em todos os continentes”.

Já um tribunal supremo, tomado isoladamente, é o órgão de cúpula, de última instância, de derradeira apelação, do Poder Judiciário de determinado país, destinado a dar a “última palavra” nos diversos conflitos de interesses – cíveis, criminais, administrativos, trabalhistas etc. – surgidos país a fora. É algo bastante intuitivo, por sinal, a existência dessa “court of

last resort” (como diriam os ingleses), pois toda querela merece ter um fim.

Para exemplificar essa dicotomia Corte Constitucional versus Tribunal Supremo, vejamos o que se dá em alguns países europeus. Portugal tem o seu Tribunal Constitucional, órgão constitucional autônomo que recebe da Lei Fundamental portuguesa trata-

Na atualidade, muito se fala do nosso STF, embora os que assim o fazem saibam pouco ou quase nada do funcionamento do dito cujo

mento destacado à semelhança do que se dá com a Presidência da República, a Assembleia da República e o Governo. Mas tem também o seu Supremo Tribunal de Justiça, que é a mais alta corte na hierarquia dos órgãos judiciais do país. Ainda na Península Ibérica tem-se o Tribunal Constitucional de Espanha, que foi previsto pela própria

Constituição de 1978 como o seu definitivo intérprete. E tem-se o Tribunal Supremo como órgão judicial que se encontra na cúspide do Poder Judiciário espanhol. Mais interessante ainda é o caso da França. Há o Conseil Constitutionnel francês. Mas existem ali duas cortes supremas: o Conseil d'État, a Suprema Corte da Justiça Administrativa francesa; e a Cour de cassation, a Suprema Corte da Justiça Comum francesa. Cada país com a sua mania.

O problema entre nós é: o STF, sob esse aspecto, é um órgão híbrido, uma vez que acumula funções de corte constitucional e de corte suprema. O texto da nossa CF não deixa dúvida quanto a isso. Basta ler alguns trechos: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal; b) nas infrações penais comuns, o presidente da República, o vice-presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios ministros e o procu-

rador-geral da República”. Temos já aí jurisdição constitucional clássica, mas também matéria infraconstitucional criminal (aliás, já se diz estar o nosso STF se consolidando como um tribunal penal). Some-se a isso a competência do STF para fins de recurso extraordinário (inciso III do citado art. 102), com forma de dar a “última” palavra no sistema recursal brasileiro.

Bom, há uma explicação para essa conformação híbrida do STF: o seu modelo histórico é a U.S. Supreme Court que, como a mais alta instância judicial americana, detém múltiplas competências, entre elas a de fazer cumprir aquilo que está na Constituição do país.

Por fim, se esse formato peculiar do STF é salutar ou não é algo que devemos discutir cientificamente (e não por achismo de torcidas). Afinal, é para isso que serve a ciência jurídica. Assim como é algo para um Poder Constituinte legítimo decidir manter ou alterar. Afinal, é assim que faz em um Estado Democrático de Direito.

***Procurador Regional da República. Doutor em Direito (PhD in Law) pelo King's College London - KCL**



Yan Yuqing *

opiniao.pe@diariodepernambuco.com.br

De onde veio Hong Kong de hoje? – Histórias de Hong Kong (1)

O dia 1º de julho de 2022 marcará o 25º aniversário do retorno de Hong Kong à pátria.

Falando sobre a cidade, a comunidade internacional sempre se lembra dos seus rótulos: Guerra do Ópio, retorno, “Um país, dois sistemas”, região administrativa especial, etc.. Como alguns amigos brasileiros não conhecem essas palavras, eu gostaria de aproveitar o aniversário para contar a sua história.

Em 1840, quando a China estava sob o domínio da Dinastia Qing, empresários britânicos contrabandavam ópio para a China continental através de Hong Kong. Devido ao conflito nas políticas externas e comerciais, a Dinastia Qing ordenou a

proibição da importação do ópio, o que resultou na Guerra do Ópio entre a Dinastia e o Reino Unido. No fim, a Dinastia foi derrotada e forçada a assinar sucessivos tratados desiguais, arrendando toda a área de Hong Kong para o Reino Unido em 1898, com um prazo de 99 anos, expirando em 30 de junho de 1997.

Durante o período britânico de Hong Kong, o Reino Unido exerceu um domínio colonial típico sobre a cidade. Os governadores, com poder supremo sem quaisquer restrições locais, eram nomeados diretamente pelo Reino Unido, reponsabilizando-se diretamente apenas ao seu país e completamente subordinados ao Governo britânico. Foram implementadas a lon-

go prazo as políticas de alta pressão, como por exemplo, o estrito controle da imprensa e supressão da liberdade de expressão. Foram aplicadas também punições severas como o açoitamento e o enforcamento. Foi imposto o toque de recolher apenas para os cidadãos chineses. Naquela época, não havia salário mínimo nem subsídios de doença aos cidadãos de Hong Kong, além de que os serviços médicos públicos eram extremamente precários e a proporção da população com educação universitária era bastante baixa. Pode-se dizer que o povo de Hong Kong na época não podia desfrutar de direitos iguais nas áreas da política, economia e sociedade.

Após a fundação da República Po-

pular da China em 1949, o governo chinês alertou por diversas vezes sobre o fato de Hong Kong ser um território chinês e que não reconhecia os tratados desiguais impostos pelo Reino Unido, além ter defendido uma solução pacífica dessa questão por meio de negociação com condições prontas. Por volta da década de 1980, o então líder supremo da China, Deng Xiaoping, apresentou criativamente o grande conceito de “Um país, dois sistemas”, ou seja, sob a premissa de uma só China, o continente principal do país adere ao sistema socialista, enquanto Hong Kong, Macau e Taiwan mantêm a longo prazo um sistema capitalista existente. Sob a estrutura de “Um país, dois siste-

mas”, a China e o Reino Unido, após anos de negociação, assinaram a Declaração Conjunta Sino-Britânica em 1984. Finalmente, Hong Kong retornou oficialmente à pátria em 1º de julho de 1997, e ficou estabelecida como a Região Administrativa Especial de Hong Kong.

O retorno de Hong Kong à pátria é um momento importante, sendo visto como um término do século de humilhação, um passo significativo para a China realizar a reunificação completa da pátria, e uma grande vitória da causa da paz e da justiça mundial. Desde então, sob a prática de “Um país, dois sistemas”, Hong Kong entrou numa nova era, caminhando para um amanhã mais estável, em desenvolvimento e próspero.

*** Cônsul-Geral da China no Recife**

<p>DIÁRIO de PERNAMBUCO Fundado em 1825 por Antonino José de Miranda Falcão</p>	<p>DIRETORIA</p>		<p>VENDA AVULSA</p>			<p>ASSINATURAS*</p>																																
	<p>Presidente Carlos Frederico A. Vital</p>	<p>Diretora de Redação Paula Losada</p>	<table border="1"> <thead> <tr> <th>Localidade</th> <th>SEGUNDA a SEXTA</th> <th>SUPER EDIÇÃO</th> <th>DOM COMPLEMENTO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PE</td> <td>R\$ 3,00</td> <td>R\$ 5,00</td> <td>R\$ 2,00</td> </tr> <tr> <td>PB</td> <td>R\$ 3,00</td> <td>R\$ 5,00</td> <td>R\$ 2,00</td> </tr> <tr> <td>Outros estados</td> <td>R\$ 4,00</td> <td>R\$ 8,00</td> <td>R\$ 2,00</td> </tr> </tbody> </table>	Localidade	SEGUNDA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO	DOM COMPLEMENTO	PE	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 2,00	PB	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 2,00	Outros estados	R\$ 4,00	R\$ 8,00	R\$ 2,00	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>PE / PB</th> <th>Outros estados</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>segunda a domingo:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>anual</td> <td>R\$ 990,50</td> <td>R\$ 1.877,00</td> </tr> <tr> <td>semestral</td> <td>R\$ 495,25</td> <td>R\$ 938,50</td> </tr> <tr> <td>sábado e domingo:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>anual</td> <td>R\$ 260,00</td> <td>R\$ 624,00</td> </tr> </tbody> </table>			PE / PB	Outros estados	segunda a domingo:			anual	R\$ 990,50	R\$ 1.877,00	semestral	R\$ 495,25	R\$ 938,50	sábado e domingo:			anual	R\$ 260,00
Localidade	SEGUNDA a SEXTA	SUPER EDIÇÃO	DOM COMPLEMENTO																																			
PE	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 2,00																																			
PB	R\$ 3,00	R\$ 5,00	R\$ 2,00																																			
Outros estados	R\$ 4,00	R\$ 8,00	R\$ 2,00																																			
	PE / PB	Outros estados																																				
segunda a domingo:																																						
anual	R\$ 990,50	R\$ 1.877,00																																				
semestral	R\$ 495,25	R\$ 938,50																																				
sábado e domingo:																																						
anual	R\$ 260,00	R\$ 624,00																																				

COMO ENTRAR EM CONTATO COM O DIÁRIO:
Leitor: 81 2122 7500 assinante: 3320 2020 (capital) 0800-2818822 (interior) Depart. Comercial e Marketing: 81 21227888/7892

Baixe o nosso novo app: DP DIGITAL Disponível na Play Store e na App Store



por Rhaldney Santos

Diário político

blogdorhaldney@diariodepernambuco.com.br

Auxílio

A Assembleia Legislativa de Pernambuco aprovou dois projetos de lei voltados para as vítimas das recentes chuvas no estado. As propostas, de autoria do governo, aumentam o número de beneficiados pelo Auxílio Pernambuco e pela pensão vitalícia concedida aos familiares de mortos na tragédia. O montante de recursos que será transferido para os municípios em situação de emergência passa de R\$ 4,5 milhões para R\$ 124,7 milhões. Com os valores extras, o quantitativo de cidades atendidas também aumenta de 31 para 37. Os novos municípios beneficiados são: Chã de Alegria (Mata Norte); Itamaracá (Região Metropolitana do Recife), João Alfredo e Correntes (Agreste); Primavera e Quipapá (Mata Sul). O benefício de R\$ 1,5 mil será pago a cerca de 82 mil famílias.

Combustíveis

Com o litro da gasolina chegando a quase R\$ 8 nos postos espalhados pelo país, o deputado federal Silvio Costa Filho (Republicanos) cobrou a redução urgente do preço dos combustíveis ao ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida. O pedido foi feito durante audiência pública solicitada por Silvio na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados. Presidente do colegiado, Costa Filho considerou que “a Petrobras, que conduz a política de preço dos combustíveis no país, não pode continuar lucrando enquanto o povo brasileiro sofre no bolso o impacto da alta dos combustíveis.”

Lobby

O deputado federal Augusto Coutinho (Republicanos/PE) vai apresentar, nos próximos dias, um substitutivo ao Projeto de Lei 4391/21, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta as atividades de lobby no país. Coutinho é relator da matéria na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, que promoveu uma audiência sobre o tema ontem.

Compromisso

Pré-candidato ao Governo de Pernambuco, Miguel Coelho (UB) cumpriu agenda no Conselho Regional de Educação Física de Pernambuco (CREF/PE). No encontro, ele assinou uma carta-compromisso com as demandas de valorização e reconhecimento dos profissionais da categoria.

Social

O prefeito de Paudalho, Marcelo Gouveia (PSD), anunciou que todas as famílias desabrigadas na cidade já estão em casas seguras no município graças ao aluguel social concedido pela prefeitura. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social de Paudalho, todas as 87 famílias desabrigadas estão sendo beneficiadas.

Previsão

Para o vereador do Recife Alcides Cardoso (PSDB), a pesquisa do instituto Real Big Data, na qual a pré-candidata ao governo do estado pelo PSDB, Raquel Lyra, aparece na segunda colocação, com 18%, reforça a presença consolidada da tuca na em um segundo turno.

Miguel rechaça divisão da política: “Babaquice”

Assumindo tom moderado, pré-candidato ao governo pelo União Brasil defende aproveitamento de boas ideias, sejam elas de grupos “de esquerda” ou “de direita”

NATHÁLIA MONTE
politica@diariodepernambuco.com.br

O pré-candidato ao governo do estado pelo União Brasil, Miguel Coelho, esteve ontem na Rádio Clube AM para participar do programa *Seja Leve*, apresentado pela jornalista Cláudia Molina. Na ocasião, Miguel fez um balanço da sua gestão como prefeito de Petrolina e reforçou ações descritas no seu plano de governo.

Miguel falou sobre fazer política integrada com os municípios e incentivar a colaboração de prefeitos com sua eventual gestão. “A gente tem que entender que Pernambuco é formado por cidades”. Sobre a polarização acirrada neste ano eleitoral, o ex-prefeito de Petrolina afirma: “Isso, a meu ver, me permita aqui a franqueza, eu acho a maior babaquice esse negócio de querer dividir a política por segmento. Se tiver ideias boas de esquerda, vamos pegar, se tiver de direita, vamos pegar. Se tiver de centro, de cima, de baixo, da onde for. O que importa é o resultado, a transformação na vida das pessoas”.

O pré-candidato, que destaca querer promover mais oportunidades em todas as regiões do estado, criticou a postura do atual executivo estadual na

ICMS

Anderson critica PSB e Câmara

Uma semana após o governo federal sancionar Lei Complementar que diminui o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) nos



Para Miguel Coelho, o estado perdeu espaço para geração de negócios

JONAS SANTOS

condução desse processo. Como exemplo, citou o caso do Porto de Suape. “É o terminal de contêiner mais caro do Brasil. (...) O estado ficou burro, burocrático, caro. Você não conseguiu fazer Pernambuco ficar atrativo para a geração de novos negócios”.

Recentemente, em um levantamento divulgado pelo Instituto mobilidade e desenvolvimento social (IMDS) em junho deste ano, Pernambuco aparece como o segundo estado com maior índice de pobreza do Brasil, com quase 44% da população nessa situação, atrás apenas do Mara-

nhão, que chega a quase 50%. O pré-candidato comentou os números. “A média do Brasil é de 23%, Pernambuco é quase o dobro”, criticou.

Uma palavra recorrente nas falas do ex-prefeito de Petrolina é fazer de Pernambuco uma “liderança” no Nordeste. O pré-candidato tenta conciliar o discurso de que a população anseia por um governador que tenha “pulso”, com uma tratativa mais amena na hora de referir-se aos outros concorrentes. “Eu não faço política com inimigo, faço com adversário”.

De acordo com Anderson Ferreira, Pernambuco deveria seguir o exemplo de outros estados como São Paulo e Goiás que anunciaram, na última segunda-feira, a diminuição na alíquota e o resultado da medida pode refletir numa redução de até R\$ 0,48 no preço da bomba. “E por que, até agora, não vimos uma atitude clara do governo estadual no sentido de beneficiar a população?”, criticou o pré-candidato, que disse faltar interesse dos socialistas.

Requerimento para CPI do MEC é protocolado

Documento pedindo a investigação das denúncias de corrupção e tráfico de influência dentro do Ministério da Educação foi assinado por 30 parlamentares

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou, ontem, um requerimento de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as denúncias de corrupção e tráfico de influência no Ministério da Educação (MEC). O senador enfatizou que, além das denúncias já vigentes, há outras razões para a instalação da investigação.

“A investigação em curso, conduzida pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal, está sob forte intervenção e

forte ameaça. Desde a semana passada é de conhecimento de todos que, em áudio do próprio senhor Milton Ribeiro, que o Presidente da República interveio de forma clara, para impedir que a investigação avançasse”, defendeu Randolfe.

Para que a comissão inicie os trabalhos é necessário que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), faça a leitura

do documento em plenário. O documento entregue conta com 30 assinaturas. “É um requerimento robusto mostrando que há um desejo no Senado de que esse esquema escandaloso que se instalou no Ministério da Educação, tenha uma séria investigação”, disse Randolfe.

O CASO

O ex-ministro da Educação Milton Ribeiro foi preso em uma investigação que apura o envolvimento dele nos crimes de corrupção passiva, prevaricação,

advocacia administrativa e tráfico de influência em um suposto envolvimento em um esquema para liberação de verbas do MEC. Milton Ribeiro foi solto no último dia 23. Também foram liberados os outros suspeitos do crime: o pastor Arilton Moura Correia e o pastor Gilmar Santos. (Fernanda Strickland e Taisa Medeiros, do Correio Braziliense)

Para que a Comissão inicie os trabalhos, presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, precisa ler o documento em plenário



Randolfe Rodrigues alegou que a investigação está “ameaçada”

Delegado do caso Milton deixa cargo

O delegado federal Bruno Calandrini, responsável pela investigação acerca do ex-ministro da Educação Milton Ribeiro, foi exonerado do setor responsável por investigar políticos com foro privilegiado. Segundo a Polícia Federal, ele deixa o cargo que ocupava na Coordenação de Inquérito nos Tribunais Superiores para atuar na Unidade Especial de Investigação de Crimes Cibernéticos.

Calandrini seguirá presidindo a investigação. Em nota, a corporação alegou que a mudança de cargo atende a um pedido do próprio delegado, que teria sido feito por ele no mês passado e estaria sendo

atendido agora.

“Após tratativas iniciadas ainda no mês de maio do corrente ano, no dia 15/6/2022 houve a movimentação formal do DPF Calandrini para a DRCC/CG-FAZ/DICOR/PF, onde irá coordenar a Unidade Especial de Investigação de Crimes Cibernéticos – UEICC, presidindo trabalhos investigativos sensíveis daquela unidade”, diz comunicado da PF.

O delegado Bruno Calandrini, que comandou a operação, afirmou que houve interferência na condução da investigação do MEC. Segundo o investigador, a corporação teria dado tratamento diferenciado ao

aliado do presidente Jair Bolsonaro (PL) e o ex-ministro não foi levado de Santos, litoral paulista, para Brasília por conta de uma decisão superior. Essas alegações e a gravação em que Milton Ribeiro diz ter sido avisado pelo chefe do Executivo a respeito de uma busca e apreensão da polícia serviram como base para o Ministério Público Federal (MPF) pedir autorização da Justiça para apurar se houve interferência as investigações sobre Ribeiro. O caso foi enviado para análise do Supremo Tribunal Federal (STF). A relatora é a ministra Cármen Lúcia. (Luana Patriolino, do Correio Braziliense)

PEC

Bolsonaro confirma aumento do Auxílio Brasil para R\$ 600

O presidente Jair Bolsonaro (PL) participou, ontem, da cerimônia de entrega dos residenciais Parque da Lagoa, Alameda do Farol e Alameda Jatiúca em Maceió (AL). Durante discurso ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do senador Fernando Collor de Mello (PTB-AL), o chefe do Executivo confirmou a inclusão na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Combustíveis do

aumento do Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600.

Próximo ao pleito eleitoral de outubro, Bolsonaro tem corrido para aprovar pacotes de medidas populistas. “Gastamos, em 2020, o equivalente a 15 anos de Bolsa Família. E, logo depois, no final do ano passado, com o apoio da Câmara e do Senado, não tivemos o apoio de partidos da esquerda, infelizmente, mas aprovamos o Auxílio Brasil que substitui o Bolsa Fa-

mília. O Bolsa Família pagava, em média, R\$ 190, nós passamos para, no mínimo, R\$ 400. E com um detalhe: quem conseguir emprego não perde o auxílio. No passado, perdia o Bolsa Família”, disse.

“E, no dia de hoje, estão a Câmara e o Senado discutindo uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que nós passaremos o Auxílio Brasil de R\$ 400 para R\$ 600. Deixo claro que outras medidas estão sendo to-

madas”, continuou.

Bolsonaro afirmou que o benefício se estende a mulheres que tenham direito a duas cotas do benefício. “Também, no Auxílio Brasil, as mulheres em certas condições passam a ganhar R\$ 1,2 mil por mês. Ou seja, é um governo que tem um olhar especial para os mais humildes, no momento difícil que, não apenas o Brasil, o mundo todo atravessa”, completou. O líder do Executivo também agrade-

ceu ao parlamento e disse que o mesmo “tem colaborado bastante com o futuro do Brasil”.

Ele ainda ressaltou que a pandemia da covid-19 “atrapalhou”, mas o governo “fez a sua parte em Brasília”, citando o Pix, o perdão de até 99% dívidas de estudantes do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) e o andamento das obras da transposição do Rio São Francisco. (Ingrid Soares, do Correio Braziliense)

Companhia Energética de Petrolina

CNPJ/ME nº 04.811.856/0001-06 - NIRE nº 26.300.012.294

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 10/05/2022

Data, Hora e Local: Aos 10/05/2022, às 10h, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia Energética Petrolina ("Companhia"), digitalmente, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, de modo que os votos observaram o disposto no mesmo diploma legal, tendo sido realizados mediante atuação remota dos representantes legais dos Acionistas, por meio da plataforma *Teams*.

Convocação: Os Acionistas foram devidamente convocados, conforme edital publicado no jornal Folha de Pernambuco e na página do mesmo jornal na internet na edição dos dias 27, 28 e 29/04/2022, nas páginas 15, 14 e 18 respectivamente. **Presença:** Acionistas representando percentual superior a 90% da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no "Livro de Presença de Acionistas". **Composição Mesa:** Presidente: Andrea Guasti; e Secretário: José Alfredo de Freitas. **Ordem do Dia:** (i) Deliberar acerca da eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia e do Presidente do Conselho de Administração; e (ii) reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adequação ao novo Acordo de Acionistas da Companhia. **Deliberações:** Por unanimidade de votos e sem ressalvas, os Acionistas presentes: 1. Elegeram os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia, por um prazo de 2 anos contados a partir da presente data ou até a posse de seus respectivos substitutos, a saber: **(a)** por indicação dos acionistas Fernando Aboudib Camargo e Caraiwa Participações Ltda., elege-se: **Fernando Aboudib Camargo**, brasileiro, casado, empresário, RG 164.676 SSP/SP, CPF 241.620.867-53; e, como sua suplente, **Maria Cristina Fontes**, brasileira, separada judicialmente, administradora de empresas, RG 1.125.735 SSP/ES, CPF 007.765.347-50, ambos residentes e domiciliados no Município de Vitória/ES, com endereço comercial na Rua Holdercim (anteriormente denominada Rua Um), 1.061, Bairro de Cívica II, no Município de Serra/ES, CEP 29168-020; e **João Rodrigues da Cunha Neto**, brasileiro, divorciado, advogado, RG 3.701.336 SP/SP, CPF 538.031.248-91, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com endereço comercial na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, Torres III e IV, 8º andar, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP, SP, CEP 04543-900; e seu suplente, **Bernardo Capistrano Camargo**, brasileiro, casado, economista, RG 1.334.879 SSP/ES, CPF 071.537.987-90, residente e domiciliado na Av. Dante Michelini, 2097/1301, no município de Vitória/ES, CEP 29066-430; **(b)** por indicação da acionista Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., elege-se: **Evandro Luiz Coser**, brasileiro, casado, empresário, RG 212.678 SSP/ES, CPF 416.958.287-04, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP/SP, CEP 01311-100; e, como sua suplente, **Maria Bernadette Barbieri Coser de Orem**, brasileira, casada, empresária, RG 428.646 SSP/ES, CPF 673.646.167-72, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP/SP, CEP 01311-100; e **Orlando Machado Júnior**, brasileiro, casado, economista, RG 1.188-7 SSP/SP, CPF 884.617.698-72, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP, SP, CEP 01311-100; e como seu suplente, **José Alfredo de Freitas**, brasileiro, separado judicialmente, contador, RG 17.505.568-3 SSP/SP, CPF 073.327.678-48, com endereço comercial na Av. Paulista, 925, 5º andar, Bela Vista, na Cidade de SP/SP, CEP 01311-100; e, **(c)** por indicação dos acionistas Antonio José Louçã Pargana e Vale do Lobo Participações Ltda., elege-se: **Andrea Guasti**, brasileiro, casado, administrador de empresas e engenheiro mecânico, RG 6.196.595 SSP/SP, CPF 012.246.498-28, residente e domiciliado na Cidade de SP, SP, com endereço comercial situado na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torres III e IV, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900, para ocupar o cargo de **Presidente do Conselho de Administração da Companhia**; e como seu suplente, **Guilherme Gomes Dias**, brasileiro, casado, economista, RG 14.352 CRE/RJ, CPF 704.861.407-25, residente e domiciliado no Município de SP/SP, com endereço comercial situado na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torres III e IV, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900; e **Antonio José Louçã Pargana**, português, casado, administrador de empresas, RG 22.281.197-3 SSP/SP, CPF 406.324.077-00, residente e domiciliado na Cidade de SP/SP, com escritório na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torre II, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900; e como sua suplente, **Maria Das Dores Avelino Carvalho de Pina Pargana**, portuguesa, casada, médica, RG 10.993.801 SSP/SP, CPF 007.334.738-81, residente e domiciliada na Cidade de SP/SP, com endereço comercial situado na Av. Juscelino Kubitschek, 1.830, 8º andar, Torres III e IV, Bairro Itaim Bibi, na Cidade de SP/SP, CEP 04543-900; e Os Membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração ora eleitos foram empossados em seus respectivos cargos, mediante a assinatura de Termo de Posse, lavrado em livro próprio, declarando não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que possam privá-los do exercício das suas funções. Ficam, ainda, ratificados todos os atos anteriormente praticados pelos Membros do Conselho de Administração da Companhia, no exercício de suas atribuições, até a presente data. 2. Aprovaram a reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para adequação ao novo Acordo de Acionistas, conforme Anexo I desta ata. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os Acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia. A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. Petrolina, PE, 10/05/2022. **Mesa:** **Andrea Guasti** - Presidente da Mesa; **José Alfredo de Freitas** - Secretário da Mesa. **Acionistas:** **Convix Trading S.A.** - Maria Cristina Fontes e Andrea Guasti; **Coimex Empreendimentos e Participações Ltda.** - Letícia Moraes Seder Souza Amaral e José Alfredo de Freitas; **Vale do Lobo Participações Ltda.** - Antonio José Louçã Pargana; **Caraiwa Participações Ltda.** - Fernando Aboudib Camargo, José Carlos Zamprogno e Maria Cristina Fontes; **Orlando Machado Júnior** - (representado por sua procuradora, Letícia Moraes Seder Souza Amaral, conforme procuração enviada previamente); **Andrea Guasti, JUCEPE** - Certificado o Registro em 23/06/2022. Arquivamento 20228991455 de 23/06/2022. Protocolo 228991455 de 21/06/2022. NIRE 26300012294. Assinado eletronicamente por Ilayne Larissa Leandro Marques - Secretária Geral. **Estatuto Social da Companhia Energética de Petrolina - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto, Prazo - Artigo 1º.** A Companhia Energética de Petrolina ("Companhia") é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de Petrolina/PE, no Perímetro Irrigado Senador Nilo Coelho, lotes agrícolas FS 644 e FS 645, núcleo 02, PA-1, CEP 56332-175. **§único.** A Companhia poderá abrir filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e no exterior por deliberação do Conselho de Administração. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social a geração, a comercialização e a disponibilização de energia elétrica na condição de produtor independente de energia, bem como a prestação de serviços relacionados com suas atividades. **§único.** A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, mediante deliberação da Assembleia Geral. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações - Artigo 5º.** O capital social da Companhia subscrito e integralizado, é de R\$ 62.018.754,51, dividido em 73.980.000 ações nominativas, sem valor nominal, sendo: (i) 46.237.500 ações ordinárias; e (ii) 27.742.500 ações preferenciais. **§1º.** As ações são indivisíveis e a cada ação ordinária caberá o direito a 1 voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **§2º.** As ações preferenciais não terão direito de voto nas Assembleias Gerais, ressalvadas as exceções previstas em Lei ou se a Sociedade deixar, pelo prazo de 3 exercícios consecutivos, de pagar os dividendos mínimos a que fizerem jus. **§3º.** As ações preferenciais nominativas são assegurados: (i) dividendos mínimos de R\$ 0,01 por ação, a serem distribuídos anualmente; (ii) prioridade no reembolso de capital; e (iii) participação, sem restrições, nas capitalizações de lucros e de reservas. **§4º.** As vantagens enumeradas no §3º, supra, poderão ser usufruídas cumulativamente. **§5º.** Nenhuma ação poderá ser dada em penhor, caução, alienação fiduciária, nem oferecida em garantia sob qualquer forma. **§6º.** A restrição prevista no §5º acima deverá ser averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia, por ocasião de subscrição de ações emitidas pela Companhia. **Artigo 6º.** Toda e qualquer cessão e transferência de ações da Companhia, de direitos de subscrição ou, ainda, dos direitos políticos referentes às ações da Companhia que o acionista pretender realizar, seja direta ou indiretamente, subordina-se à observância do direito de preferência dos demais acionistas em adquirir tais ações e direitos, como regulado neste Artigo 6º e no Acordo de Acionistas da Companhia. A todos os acionistas será assegurado o direito de preferência na aquisição de ações ou de direitos de subscrição de ações da Companhia, nos termos deste Artigo 6º observado o quanto segue. **§1º.** O acionista que pretender alienar suas ações ou direitos de subscrição, no todo ou em parte, a terceiros não acionistas, a outros acionistas ou à própria Companhia deverá primeiramente comunicar ("Aviso") esse fato aos demais acionistas, por escrito e mediante protocolo, especificando os termos e condições de venda dessas ações. **§2º.** Para os efeitos do disposto neste Artigo 6º, o Aviso deverá conter: (i) a quantidade de ações ou direitos de subscrição ofertados pelos acionistas vendedores e o número máximo de ações ou direitos de subscrição que o interessado pretende adquirir; (ii) o nome do interessado na aquisição; (iii) o preço proposto para cada ação ou para cada ação relativa aos direitos de subscrição e respectiva forma de pagamento; e (iv) as demais condições da venda, tais como constantes na proposta do interessado. **§3º.** Dentro do prazo de 60 dias do recebimento do Aviso encaminhado pelo acionista ofertante, os demais acionistas deverão manifestar sua intenção de exercer seu direito de preferência para a aquisição das ações ou dos direitos de subscrição nos mesmos termos e condições estabelecidos no Aviso, na proporção de sua participação no capital social. **§4º.** As ações ou os direitos de subscrição em relação aos quais os acionistas se manifestarem pelo não exercício de seu direito de preferência ou silenciarem sobre sua intenção de exercê-lo, dentro do prazo determinado no §3º deste Artigo, serão, obrigatoriamente, oferecidos aos demais acionistas, na proporção da sua participação no capital social, que terão 30 dias, a partir do decurso do prazo previsto no §3º deste Artigo, para se manifestarem, seguindo-se a forma e o procedimento estipulados neste Artigo 6º. **§5º.** Tendo o acionista ou acionistas se manifestado no sentido de que as ações ou direitos de subscrição oferecidos nos termos do §4º deste Artigo serão por ela ou por elas adquiridos, esta ou estas acionistas deverão, no prazo de 60 dias, a partir de sua ou suas manifestações, assinar os documentos necessários refletindo a transferência de tais ações ou dos direitos de subscrição. Se neste prazo um ou mais acionistas deixar de assinar ditos documentos, aplicar-se-ão automaticamente as disposições contidas no §6º deste Artigo. **§6º.** Expirando-se os prazos fixados nos Parágrafos anteriores e não tendo sido adquiridas as ações ou os direitos de subscrição oferecidos, na conformidade do disposto neste Artigo, o acionista poderá alienar as ações ou os direitos de subscrição objeto do aviso, nas mesmas condições transcritas no Aviso. Conforme disposto no acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, na eventualidade de a alienação não se concluir no prazo seguinte de 60 dias, contado a partir do prazo fixado no §5º deste Artigo, ou se o acionista ofertante desejar dispor das ações ou direitos de subscrição em condições diferentes daquelas originalmente informadas aos demais acionistas, o procedimento indicado nos Parágrafos anteriores deverá ser novamente observado, e assim sucessivamente até que todas as ações ou os direitos de subscrição sejam vendidos, cedidos ou transferidos, em conformidade com a intenção de seu proprietário. **§7º.** Toda e qualquer venda, cessão ou transferência de ações ou de direitos de subscrição, realizadas em inobservância ao disposto neste Artigo 6º, será considerada nula de pleno direito e sem qualquer efeito, e a CEP não efetivará nos respectivos registros nos Livros da Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral - Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente dentro dos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem. **§1º.** A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os acionistas. **§2º.** A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por acionista que a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá a pessoa para secretariá-lo. **Artigo 8º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei nº 6.404/1976, e alterações, e no Artigo 9º, abaixo, serão tomadas por maioria absoluta de votos. **Artigo 9º.** O quórum de instalação e deliberação das Assembleias Gerais é de 90% dos votos afirmativos e presentes calculados, sempre, sobre o total das ações que compõem o capital total votante da CEP nas ASSEMBLEIAS GERAIS, com relação às matérias a seguir relacionadas: (i) aumento ou redução do capital social da Companhia; (ii) emissão de debêntures, partes beneficiárias, bônus de subscrição, ou qualquer outro título mobiliário pela Companhia; (iii) determinação do preço de emissão, pela Companhia, de novas ações; (iv) forma de representação da Companhia; (v) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial, falência ou autofalência da Companhia; (vi) participação em outras empresas como acionista ou sócio, grupo de sociedades ou consórcios de qualquer natureza, bem como sua cisão, fusão e incorporação; (vii) celebração, em um período de 12 meses, de contratos de qualquer natureza pela Companhia de valor unitário, ou combinado, quando houver partes idênticas ou do mesmo grupo econômico no outro polo da relação obrigacional, ou de uma série de contratos que tratem de uma mesma operação, cujo somatório seja igual ou superior a R\$ 1.000.000,00; (viii) celebração de contratos de qualquer natureza pela Companhia com os acionistas, sociedades controladas e sociedades ligadas, qualquer que seja o valor; (ix) participação em outros empreendimentos; (x) aquisição ou alienação de participações societárias detidas pela Companhia no capital de qualquer sociedade; (xi) aprovação dos orçamentos anual e plurianual de investimentos da Companhia; (xii) destinação do resultado do exercício e pagamento de dividendos intermediários;

(xiii) alteração da política de dividendos; (xiv) criação, venda ou dissolução de sociedades controladas; (xv) transformação da Companhia em qualquer outro tipo de sociedade; (xvi) alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente da Companhia iguais ou superiores a R\$ 1.000.000,00; (xvii) investimentos em negócios estranhos ao objeto social da Companhia; (xviii) suspensão de quaisquer atividades da Companhia; (xix) aprovação de investimentos, financiamentos, empréstimos ou outros contratos de crédito, aquisição, transferência ou leasing de ativos em uma operação ou em uma série de operações, não previstos nos orçamentos anual e plurianual da Companhia em valor superior a R\$ 500.000,00; (xx) prestação de avais, fianças ou outras garantias pela Companhia; (xxi) aprovação do regimento interno e da política salarial; (xxii) escolha e destituição dos auditores independentes; (xxiii) qualquer modificação do Estatuto Social da Companhia; (xxiv) dissolução ou liquidação da Companhia; (xxv) eleição, destituição e fixação de atribuições dos membros do Conselho de Administração, bem como a fixação da remuneração dos administradores da Companhia, nos termos deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas; (xxvi) aprovação do exercício de voto em Assembleias Gerais e reuniões do Conselho de Administração de sociedades das quais a Companhia participa; e (xxvii) criação de ações preferenciais ou aumento de classes existentes, em caso aplicável; alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de classe de ações mais favorecida, caso aplicável. **Artigo 10.** Os acionistas presentes se identificarão e assinarão o "Livro de Presenças de Acionistas". **Capítulo IV - Da Administração - Artigo 11.** A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. **Artigo 12.** Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no "Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração" e "Livro de Atas de Reuniões da Diretoria", respectivamente, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 13.** A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração pode ser fixada de forma individual para cada administrador ou de forma global, sendo neste caso distribuída conforme deliberação do Conselho de Administração. **Capítulo V - Conselho de Administração - Artigo 14.** O Conselho de Administração da Companhia será composto por 6 membros efetivos e igual número de suplentes, residentes no país, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral e com mandato de 2 anos, cujo prazo de gestão se estenderá até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 15.** Os membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes serão indicados pelos acionistas, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, e tomarão posse mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse. **§único.** No caso de vacância, decorrente de falecimento, renúncia ou destituição do cargo de membro do Conselho de Administração, o acionista a quem compete sua indicação indicará seu substituto nos 30 dias subsequentes, podendo demandar dos demais acionistas que tomem prontamente as providências necessárias para a convocação e realização da Assembleia Geral que formalizará a eleição nos 30 dias subsequentes à indicação, sendo que, no caso de destituição, o acionista poderá requerer aos demais acionistas que elejam o conselheiro substituído na mesma Assembleia Geral que houver destituído o conselheiro. Caso o acionista respectivo deixe de indicar o seu substituto no prazo previsto, qualquer dos demais acionistas ou membro do Conselho de Administração poderá convocar a respectiva Assembleia Geral para que a indicação do substituto seja realizada pelo acionista a quem essa indicação competir. **Artigo 16.** O Presidente do Conselho de Administração será escolhido por parte dos acionistas por meio de um sistema de rodízio, observados os termos do Acordo de Acionistas da Companhia. **§único.** Os acionistas se obrigam a, mediante solicitação de qualquer acionista, determinar a convocação de Assembleia Geral, para o fim de destituição e/ou substituição de qualquer dos membros do Conselho de Administração ou de seus suplentes. **Artigo 17.** As reuniões do Conselho de Administração devem ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por pelo menos 2 membros do próprio Conselho de Administração, mediante convocação escrita, contendo, local, data, hora da reunião e a ordem do dia. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com no mínimo 3 dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Artigo 18.** Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas neste Estatuto Social: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) definir a política econômico-financeira da Companhia estabelecendo programas gerais para a Diretoria. (iii) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos; (iv) manifestar-se sobre os relatórios e as contas da Diretoria, bem como tomar conhecimento dos Pareceres do Conselho Fiscal, quando em funcionamento; (v) opinar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo da Companhia de valor individual igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00; (vi) manifestar-se previamente sobre atos ou contratos, quando o Estatuto assim o exigir, inclusive sobre assinaturas de contratos, assunção de obrigações ou contratação de empréstimos em valores iguais ou inferiores a R\$ 1.000.000,00 por ano, e suas respectivas alterações; (vii) autorizar a concessão de empréstimos e a outorga de garantias, a qualquer título, em valores iguais ou inferiores a R\$ 1.000.000,00 por ano, e alterações de suas respectivas condições; (viii) opinar sobre os investimentos a serem efetuados pela Companhia; (ix) propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação dos resultados sociais; (x) propor à Assembleia Geral a abertura do capital da Companhia; (xi) propor à Assembleia Geral a fusão ou incorporação da Companhia em outras sociedades, bem como sua transformação ou cisão; (xii) convocar Assembleias Gerais e exercer as demais atribuições previstas em Lei, nos casos em que este Estatuto for omissivo; e (xiii) declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, sempre nos limites deste Estatuto e da legislação aplicável. **Artigo 19.** As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de seus membros, exceto com relação às matérias a seguir relacionadas, que somente serão aprovadas pelo voto favorável de todos os Conselheiros ou respectivos suplentes: (i) aprovação de orçamentos, plano anual de negócios, contas da Diretoria, valores de contribuição e seu cronograma; (ii) celebração de qualquer ato vinculado ou contrato ou série de contratos ou atos que constituam uma mesma operação cujos valores excedam (a) individualmente, R\$ 100.000,00; ou (b) conjuntamente, R\$ 500.000,00, exceção feita aos atos ou contratos previstos no orçamento e no plano anual de negócios; (iii) proposta à Assembleia Geral de quaisquer alterações do Estatuto Social, inclusive alterações referentes à composição do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como quórum de aprovação de suas respectivas matérias; (iv) proposta à Assembleia Geral da dissolução da Companhia; (v) eleição e destituição dos Diretores e a fixação de suas remunerações; (vi) aprovação de planos de concessão de bônus ou participações de lucros aos empregados e suas alterações; (vii) abertura de filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional e/ou exterior; (viii) celebração de contratos, exceto os contratos de natureza trabalhista, com administradores da Companhia e/ou sociedades em que quaisquer dos administradores da Companhia participem. **Capítulo VI - Diretoria - Artigo 20.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. **Artigo 21.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 e no máximo 4 membros, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração da Companhia, sendo 1 designado Diretor-Presidente, 1 Diretor Técnico e 2 Diretores sem designação específica. **§1º.** Compete ao Diretor-Presidente: (i) propor ao Conselho de Administração alteração na composição da Diretoria; (ii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o regimento interno da Companhia, os planos de trabalho e orçamento anuais e plurianuais, os planos de investimentos e os programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados; (iii) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia; e (iv) coordenar e superintender as atividades da Diretoria, convocando e presidindo as suas reuniões. **§2º.** Compete aos Diretores sem designação específica: (i) executar e fazer executar a política financeira da Companhia; (ii) responder e coordenar a contratação de operações de financiamento estruturadas ou não; (iii) responder e coordenar o relacionamento da Companhia com instituições financeiras nacionais e internacionais; e (iv) controlar ativos e passivos, divulgando relatório mensal à Diretoria sobre a situação financeira da Companhia. **§3º.** Compete ao Diretor Técnico coordenar as atividades relacionadas à geração de energia pela Companhia. **§4º.** A Diretoria da Companhia deverá elaborar relatórios de desempenho de suas atividades e fornecer cópia das procurações que foram outorgadas, enviando-os ao Conselho de Administração, na forma e periodicidade por este indicadas. **§5º.** Os Diretores terão mandato de 2 anos, facultada a reeleição a critério do Conselho de Administração. O prazo de gestão da Diretoria se estenderá até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Artigo 22.** A Companhia se obriga validamente mediante a assinatura de: (i) dois Diretores em conjunto; (ii) um Diretor em conjunto com um procurador; ou (iii) dois procuradores em conjunto com poderes especiais. **§1º.** A nomeação de mandatários com poderes "ad judicia", com ou sem prazo determinado, e com poderes "ad negocia", sempre com finalidades expressamente declaradas e prazo máximo estipulado, competirá aos Diretores, sempre em conjunto de dois. **§2º.** Obedecidas as demais formalidades previstas neste Estatuto, a prestação de fianças e avais a sociedades coligadas, entendidas estas últimas como as sociedades em que há participação direta ou indireta de uma sociedade em outra em pelo menos 20% do capital social de outra, sem controlá-la, a assinatura de escrituras públicas ou particulares de garantia hipotecária, fiduciária, pignoratícia ou cedular, a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de garantias em favor de terceiros, bem como a assunção de obrigações de fiel depositário e outras afins ou similares, caberão a dois Diretores, sempre em conjunto, mediante prévia e expressa autorização do órgão competente para deliberar quanto ao negócio. **§3º.** A representação da Companhia, enquanto sócia, acionista ou quotista de qualquer outra Companhia, far-se-á mediante a assinatura de 2 Diretores em conjunto, sendo um deles o Diretor-Presidente. **Artigo 23.** Fica expressamente proibido aos Diretores o uso da denominação social em negócios e documentos alheios ou estranhos aos interesses da Companhia. **Capítulo VII - Conselho Fiscal - Artigo 24.** O Conselho Fiscal terá seu funcionamento em caráter não permanente e somente será eleito e instalado a pedido dos acionistas ou nos casos previstos em lei, tendo sua composição, competência, responsabilidades e deveres previstos nos termos da lei. **Capítulo VIII - Exercício Social e Lucros - Artigo 25.** O exercício social terá início em 01 de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 26.** O Balanço Geral, a Demonstração de Lucros e Perdas e as demais Demonstrações Financeiras exigidas pela Lei serão encerradas regularmente ao final de cada exercício social, podendo, no entanto, serem levantados balanços e elaboradas demonstrações financeiras intermediárias, a critério do Conselho de Administração, para atender aos interesses dos negócios sociais e à legislação aplicável. **§único.** Os dividendos distribuídos nos termos deste Artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 27.** A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. **§único.** A remuneração paga nos termos deste Artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Artigo 28.** Do lucro líquido do exercício, 5% será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social, e o saldo remanescente será integralmente destinado à distribuição para os acionistas, a não ser que outra destinação seja atribuída pela Assembleia Geral. **§único.** Os dividendos atribuídos não vencerão juros e, caso não sejam reclamados no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido colocados à disposição dos acionistas, reverterão em benefício da Companhia. **Capítulo IX - Liquidação da Companhia - Artigo 29.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos e na forma prevista em Lei, competindo à Assembleia Geral eleger o(s) liquidante(s) e o Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo X - Disposições Finais e Transitórias - Artigo 30.** O valor de reembolso das ações de eventuais acionistas dissidentes será estipulado com base no valor econômico da Companhia, a ser apurado em avaliação, nos termos da lei aplicável. **Artigo 31.** Toda e qualquer alteração do Contrato de Suprimento de Energia nº PIE.019.02-0, firmado pela Companhia e a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBBEE, em 11/01/2002 (o "EPA"), somente poderá ser concretizada mediante deliberação da Assembleia Geral que atenda ao quórum previsto no Artigo 9 deste Estatuto Social. **Artigo 32.** Os casos omissos serão regulados pela legislação aplicável. **Artigo 33.** Quaisquer controvérsias e impasses relativos a este Estatuto Social serão resolvidos por arbitragem a ser conduzida pela CAMARB - Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil ("Centro de Arbitragem"), nos termos seguintes: (i) qualquer dos acionistas poderá notificar o Centro de Arbitragem para instauração de arbitragem após 15 dias contados de notificação de um acionista ao outro acionista ou demais acionistas, conforme o caso, informando-o que ele iniciará arbitragem junto ao Centro de Arbitragem caso não haja acordo dentro deste prazo; (ii) o tribunal arbitral será composto por 3 árbitros, um indicado por cada parte, e o terceiro indicado nos termos das normas do Centro de Arbitragem; (iii) a arbitragem será conduzida em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, pelo Centro de Arbitragem e obedecerá às normas do Centro de Arbitragem; (iv) pelo fato de terem optado pela resolução de controvérsias oriundas deste Estatuto Social por arbitragem, os acionistas renunciam a propor medidas judiciais, podendo os acionistas, no entanto, propor medidas judiciais cautelatórias de seus direitos a qualquer tempo, bem como medida de execução do laudo arbitral, ficando eleito para tanto o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG; e (v) os honorários advocatícios serão pagos por cada acionista e as despesas da arbitragem e os honorários dos árbitros serão suportados pelo acionista perdedor.

**RAPAI,
DEIXE DE
FULERAGI E
VÁ OUVIR MEU
PROGRAMA!**

**A HORA
DO MUÇÃO**
Seg. a sex. às 17h

Só AQUI! 



CLUBE FM: A PREFERIDA DOS PERNAMBUCANOS!





DÓLAR	últimas cotações (em R\$)	EURO	BOLSAS	(em %)	POUPANÇA	Taxa (%)	CDB	SELIC	INFLAÇÃO	IPCA do IBGE (em %)
Comercial, venda (em R\$)	27/junho: 5,234 24/junho: 5,253 23/junho: 5,230	Turismo, venda (em R\$)	IBOVESPA	DOW JONES	ANTIGA	NOVA	Prefixado, 30 dias (em % ao ano)	Em % ao ano	Maio/2022:	0,47
5,234 (-0,35%)		5,736	-0,17	-491,27	0,6972	0,6972	13,90	13,25	Abril/2022:	1,06
									Março/2022:	1,62
									Fevereiro/2022:	1,01

Maio registra o melhor saldo de empregos

Saldo de novas vagas formais da economia pernambucana foi de 6.508 em maio, interrompendo a sequência negativa de março e abril

Pernambuco registrou 6.508 novos empregos com carteira assinada em maio, o melhor saldo mensal deste ano. O número quebra a sequência de dois meses com resultados negativos, sendo ainda a segunda melhor marca para o mês desde 2004. Março apresentou um saldo de -6.091 vagas e abril, -807, segundo dados do Novo Cadastro Geral e Empregados e Desempregados (Novo Caged).

Apesar do bom desempenho em maio, a economia pernambucana contabiliza mais desligamentos (216.909) do que admissões (216.466) em 2022, apresentando um déficit de

-443 vagas. O saldo negativo do ano é também reflexo dos saldos positivos acanhados de janeiro e fevereiro, com 495 e 809 empregos formais.

Os dados de maio deixam Pernambuco em uma posição intermediária entre os estados nordestinos e frente a todas as unidades federativas. Regionalmente, o estado foi superado em geração de vagas apenas pela Bahia (16.342) e Ceará (7.472). Quanto ao acumulado de 2022, a situação

pernambucana é a segunda pior do país, ficando apenas à frente de Alagoas (-10.991).

Por municípios, a criação de vagas no estado mostra o Recife aparece com 47,43%

das novas vagas formais de maio. Ao todo, 2.889 empregos. O município de Paulista veio em seguida, com um saldo

de 497 vagas e Caruaru, 409. No quadro das capitais, o resultado recifense é superado no Nordeste apenas por Fortaleza (4.591) e Salvador (4.326),

enquanto nacionalmente foi o décimo melhor desempenho.

Segundo o secretário estadual do Trabalho, Emprego e Qualificação, Alberes Lopes, o resultado de maio é para se comemorar. Ele explica que o mês é historicamente desfavorável devido à sazonalidade, principalmente no setor alimentício. Todas as atividades apresentaram saldo positivo, com serviços gerando 3.029 vagas; indústria, 1.612; comércio, 1.077; construção, 448; e agricultura, 342.

Por sua vez, o Brasil, por sua vez, criou 277.018 novas vagas em maio e serviços liderou a criação de vagas, 120.294.

Serviços criou quase a metade das vagas formais em Pernambuco. Dos 6.508 empregos, 3.029 foram dessas atividades



Construção apresentou saldo positivo de empregos no estado durante maio

PCR / DIVULGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA-SGPA CENTRAL DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2022/PMO. TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2022 – CPL/OBRAS. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO NO PERÍMETRO DO ATERRO CONTROLADO DE AGUAZINHA, NO BAIRRO DE AGUAZINHA, NO MUNICÍPIO DE OLINDA/PE. Valor estimado: R\$ 354.168,00. **Abertura: 18/07/2022, às 10 horas**, na sede da Central de Licitações, sita à Avenida Santos Dumont nº 177, 1º andar, Varadouro, Olinda/PE, CEP: 53.010-230. Os interessados poderão adquirir Edital e Anexos, gratuitamente, através do e-mail: cpl_olinda@hotmail.com, no horário das 08:00 às 14:00 horas, de segunda a sexta-feira. Mais informações podem ser obtidas através do e-mail informado. Olinda, 28 de junho de 2022. Maria de Lourdes Guedes de Souza. Presidente em exercício da CPL/Obras.

ESTADO DE PERNAMBUCO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 00010/2022. CPL. Tomada de Preço Nº 00001/2022. Serviços. Tipo menor preço. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE UBS PINDOBINHA, CONFORME MODELO PADRONIZADO TIPO I, NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM/PE COM MATERIAL E MÃO DE OBRA DA EMPREITEIRA. Valor máximo aceitável R\$ 955.136,50. Data da Sessão: 15/07/2022 às 10h30min. Horário de Brasília. O edital na íntegra pode ser adquirido, na sala CPL – sito à Praça 19 de Julho, SN, Centro, Bom Jardim - PE ou via e-mail, mediante solicitação à bomjardimeditais20@gmail.com.

Bom Jardim, 28/06/2022.
José Barbosa de Miranda Júnior
Presidente

ENERGIA

Nova lei determina devolução de imposto

Está em vigor, desde ontem, a lei que determina a devolução do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), imposto estadual, incluído na base de cálculo do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), tributos federais. A Lei 14.385, sancionada sem vetos pelo presidente Jair Bolsonaro, alterou as normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para agilizar a devolução dos valores cobrados a mais. Em 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a exclusão do ICMS do preço que serve como base de cálculo do PIS/Cofins. A corte entendeu que havia dupla tributação.

ESTADO DE PERNAMBUCO PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM

AVISO DE ADIAMENTO

O presidente da comissão permanente de licitação do Município de Bom Jardim/PE vem a público comunicar que, o Processo Licitatório nº 00042/2022 Tomada de Preço nº 00006/2022 devido a ausência da planilha de composição de custos unitários na planilha orçamentárias do projeto deste referido processo, a sessão para abertura da sessão que seria realizada dia 30/06/2022 fica adiada para o dia 15/07/2022 no horário das 14h00min, conforme edital disponível em na Comissão Permanente localizada na Praça 19 de julho, s/n, Centro de ou via e-mail bomjardimeditais20@gmail.com.

Bom Jardim, 28/06/2022.
José Barbosa de Miranda Júnior
Presidente

ESTADO DE PERNAMBUCO FUNDO MUN. DE SAÚDE CASINHAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº: 00027/2022. CPL. Tomada de Preços Nº 00002/2022. Serviço de Engenharia. Contratação de empresa do ramo de engenharia, visando a execução dos serviços de reforma e ampliação do PSF Urbano e do PSF Serra Verde, localizados na Vila Nova (sede) e Sítio Serra Verde (zona rural) do município de Casinhas-PE. Valor: R\$501.326,15. **DATA E LOCAL DA SESSÃO DE ABERTURA: 19/07/2022 ÀS 10:00H. RUA SEVERINO AUGUSTO DE MIRANDA, SN, CENTRO, CASINHAS - PE.** Edital, anexos e outras informações podem ser obtidos no mesmo endereço da sessão de abertura; pelo site: <http://www.casinhas.pe.gov.br/>, através do e-mail: licit.casinhas@gmail.com, ou através do Fone: (81) 3634-9156, no horário das 08:00 as 13:00 horas dos dias úteis.

Casinhas, 28/06/2022.
Paulo César Correia de Sousa
Presidente da CPL

Curso de Planejamento de Manutenção do Sistema de Refrigeração - PMOC

(com o professor e engenheiro mecânico e de Refrigeração Eng. Arnaldo Lopes Parra)

📅 DE 4 A 7 DE JULHO, DAS 18:30H ÀS 22H
📺 ONLINE

+ Definição de Manutenção;

+ Oportunidades de ganhos com a boa manutenção;

+ Relação de vantagens das boas práticas de manutenção;

+ Qualidade de fluidos refrigerantes;

+ Energia nos sistemas de ar condicionado;

+ Agentes envolvidos no PMOC;

+ Manutenção Preventiva;

+ e muito mais.

EXCLUSIVO E GRATUITO PARA ASSOCIADOS DO SINDHOSPE
DIREITO A CERTIFICADO E APOSTILA

Inscrições e mais informações pelo site: [SINDHOSPE.ORG.BR](http://www.sindhospe.org.br)

COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE submete à apreciação de V. Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

Iniciamos o ano de 2021 com otimismo em relação à recuperação da atividade econômica nacional e global, depois da forte queda ocorrida em 2020. Nossas estimativas eram de um crescimento baixo, considerando o ritmo lento das ações para o controle da pandemia, o qual a demora no processo de vacinação ampla da população enunciava que a crise sanitária poderia se arrastar por mais tempo e, consequentemente, causaria impactos adicionais à economia, retardando a esperada recuperação.

Neste cenário volátil e incerto, enfrentamos outros fatores conjunturais: inflação, desemprego, câmbio, rupturas de cadeias produtivas que resultaram em falta de alguns componentes e produtos, aumento dos preços da energia, elevação dos preços nos fretes marítimos, aumento do preço das commodities em geral, entre outros, que, ao longo do ano, trouxeram mais tensão e volatilidade ao ambiente fragilizado da economia.

Não obstante, no tocante aos resultados do negócio, desde o início da pandemia, a dinâmica observada foi mais favorável comparativamente a outros segmentos. Como produtores de matérias-primas para as indústrias de artigos considerados essenciais (bebidas, alimentos, higiene, limpeza e produtos farmacêuticos), experimentamos crescimento na demanda de resinas de PET-polietileno tereftalato.

Na indústria petroquímica, se observou um aumento dos spreads de preços durante todo ano de 2021, atingindo patamares acima da média histórica dos últimos anos.

Nesse contexto positivo para o segmento, a Companhia encerrou o ano de 2021 com uma vigorosa performance, acima da expectativa, sendo o melhor resultado desde que a Alpek Polyester assumiu a gestão e controle do negócio no Brasil (maio de 2018).

O portfólio de produtos da CITEPE está direcionado para cadeias produtivas da indústria de alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza, farmacêuticos e a indústria têxtil, que se posicionam entre os maiores empregadores na indústria de transformação.

Negócio de resinas PET – polietileno tereftalato – é o principal produto da CITEPE, com consumo predominante na indústria de bebidas não alcoólicas (água engarrafada, refrigerantes, concentrados, sucos, chás, bebidas esportivas e energéticas), embalagens de alimentos, produtos de higiene e limpeza, farmacêuticos e cuidados pessoais. Em 2021, aumentamos o volume de vendas, tanto no mercado interno quanto nas exportações.

Negócio de filamentos texturizados de poliéster: As vendas nacionais de filamentos texturizados de poliéster – DTY para a indústria têxtil foi ligeiramente superior aos volumes comercializados em anos anteriores. O maior obstáculo para o aumento da produção local de filamentos segue sendo as vantagens fiscais ao importador, sobretudo das importações provenientes da Ásia, em detrimento da indústria brasileira, que tem capacidade para atender mais da metade da demanda interna da indústria têxtil e tem atuado com capacidade ociosa nos últimos anos. Nossos produtos neste segmento oferecem inúmeras vantagens reconhecidas pelos clientes como a qualidade, os serviços logísticos, a facilidade de crédito e assistência. O volume de importações segue crescente e, no período, ultrapassou as 200 mil toneladas.

Em 2021, a Companhia avançou com os temas da agenda ESG, buscando incorporá-los aos processos de negócios e de tomada de decisões. Dessa forma, foram estabelecidos plano de trabalho, metas e compromissos, inseridos no sistema de gestão integrado e no plano estratégico de longo prazo, que se materializará nos próximos exercícios, com destaque para a economia circular - restauradora e regenerativa. Ademais, estão previstos investimentos em energia renovável e em soluções relacionadas a ampliar a oferta de reciclados r-PET.

No campo da inovação, seguimos incentivando nossas equipes a repensar processos, criar e inovar, reconhecendo que a inovação é uma necessidade real para o sucesso do negócio. De forma recorrente, seguimos monitoramos as tendências futuras e atuamos para atender as necessidades dos clientes, compartilhando conhecimentos entre as equipes e adotando as melhores práticas globais em nossas operações.

No período, realizamos investimentos superiores a R\$ 15 milhões nos ativos existentes para melhoria da eficiência operativa e em projetos de melhoria de processos.

Os resultados alcançados refletem a capacidade de adaptação dos nossos colaboradores ao contexto, à cultura de excelência e alta performance, e à crescente preparação e autodesenvolvimento para lidar com ambientes desafiadores e cambiantes. Este modelo de atuação foca na identificação de oportunidades de transformação dos negócios, atendendo, simultaneamente, nossos compromissos com os principais públicos de interesse, sobretudo clientes, acionistas, fornecedores e sociedade.

A ALPEK atua em dois segmentos de negócios: **Cadeia de Poliéster**, através da "Alpek Polyester", e **Plásticos & Químicos** (polipropileno, poliestireno, caprolactama e outras especialidades químicas). A ALPEK opera 28 plantas distribuídas nos Estados Unidos, México, Canadá, Brasil, Argentina e UK e tem mais de 6.000 colaboradores. É uma empresa petroquímica de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores do México.

A CITEPE é produtora da resina de polietileno-tereftalato (PET), polímero poliéster termoplástico e de filamentos texturizados de poliéster (DTY). O PET é produzido industrialmente por esterificação direta do ácido tereftalato purificado (PTA) com o mono etileno glicol (MEG). A resina PET é utilizada em embalagens de garrafas para bebidas (refrigerantes, águas, sucos etc.), além de várias outras aplicações, sendo encontrada em diversos segmentos de consumo. O filamento texturizado de poliéster é usado na indústria têxtil, sendo o seu consumo crescente no país e no mundo, em relação às fibras naturais.

Resultados financeiros

Receita de Vendas

As vendas totais da CITEPE em 2021 proporcionaram uma receita líquida de R\$ 2.885 milhões, 75% superior à do exercício de 2020 (R\$ 1.651 milhão). O acréscimo correlaciona-se ao aumento no volume de vendas tanto no segmento de resina PET como também em filamentos texturizados de poliéster DTY e, sobretudo, à elevação de preços referenciais, favorecendo a melhora significativa dos resultados.

	2021		2020	
	Receita Líquida (R\$ milhões)	%	Receita Líquida (R\$ milhões)	%
PET Filamentos	2.550	88	1.443	87
	335	12	208	13
	2.885		1.651	

Custo das Vendas

O Custo do Produto Vendido (CPV) da CITEPE em 2021 foi de R\$ 2.340 milhões, 63% superior ao ano anterior (R\$1.438 milhão), mantendo-se em linha quando comparado à Receita, e beneficiado pelo desempenho operacional.

Despesas Operacionais

Em 2021, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas e Outras Despesas Operacionais) foram de R\$ 304 milhões em relação aos R\$ 72 milhões de 2020. O principal efeito está relacionado à reversão de valor na recuperação de ativos realizada no exercício, no valor de R\$ 340 milhões.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais - R\$)								DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em R\$)							
ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	2021	2020		2021	2020	
CIRCULANTES				CIRCULANTES				RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	2.885.336	1.650.685	Receitas financeiras	6.078	3.960	
Caixa e equivalentes de caixa	4	250.075	292.620	Fornecedores	12	971.846	467.661	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	(2.339.862)	(1.437.830)	Despesas financeiras	(22.114)	(7.955)	
Contas a receber de clientes	6	503.544	265.786	Valores a pagar de arrendamento	13	7.556	5.972	LUCRO BRUTO		545.474	212.855	Variações monetárias e cambiais, líquidas	34.376	52.316	
Estoques	7	558.310	298.684	Obrigações com pessoal e encargos trabalhistas		2.131	1.870	RESULTADO FINANCEIRO	21	18.340	48.321	IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	868.285	189.482	
Impostos a recuperar - CP	8	142.865	188.610	Impostos e contribuições a recolher	17.d	7.941	45.002	OPERACIONAIS				IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CORRENTE	22	(32.404)	
Despesas antecipadas		5.720	7.304	Dividendos a pagar	14	5.033	29.829	Com vendas	20	(159.202)	(90.201)	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	835.861	189.482	
Outros créditos - CP	9	3.817	1.520	Outras contas a pagar - CP		16.077	2.701	Gerais e administrativas	20	(37.493)	(27.644)	LUCRO BÁSICO E DILUÍDO	0,27	0,06	
Partes relacionadas	15	6.068	5.428	Partes relacionadas - D		1.030.123	556.513	Reversão de perda estimada na recuperação de ativos		340.326	-	POR LOTE DE MILAÇÕES - R\$	17.c	0,06	
Total dos ativos circulantes		1.470.398	1.059.952	Total dos passivos circulantes		1.030.123	556.513	Outras despesas operacionais, líquidas	20	160.820	46.151	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES				LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		849.925	141.161				
Aplicações financeiras	5	382.223	-	Valores a pagar de arrendamento	13	67.095	-	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		835.861	189.482				
Contas a receber de clientes - LP	6	70	70	Outras contas a pagar	14	122	-	Outros resultados abrangentes		-	-				
Estoques - LP	7	6.780	6.746	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	18.363	16.592	RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		835.861	189.482				
Impostos a recuperar - LP	8	94.893	52.339	Total dos passivos não circulantes	17	85.580	16.592								
Outros créditos - LP	9	23.078	16.993	PATRIMÔNIO LÍQUIDO											
Imobilizado	10	799.196	473.046	Capital social		896.299	896.299								
Intangível		558	788	Reservas de lucros		839.260	146.354								
Ativo de direito de uso	11	74.088	5.824	Total do patrimônio líquido		1.735.559	1.042.853								
Total dos ativos não circulantes		1.380.884	555.808	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.851.282	1.615.758								
TOTAL DOS ATIVOS		2.851.282	1.615.758			2.851.282	1.615.758								

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)													
	Nota explicativa	2021	2020		2021	2020		2021	2020				
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				(Aumento) redução nos ativos operacionais:	436.572	157.123	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(397.649)	(5.898)				
Lucro líquido do exercício		835.861	189.482	Contas a receber de clientes	(228.623)	63.765	FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				Estoques	(246.382)	(50.416)	Pagamento de parcelas de arrendamento	13	(12.540)				
Depreciação e amortização	19 e 20	16.680	22.878	Impostos a recuperar	57.317	13.496	Pagamento de dividendos	17.d	(180.014)				
Variáveis cambiais e monetárias líquidas	21	(34.376)	(52.316)	Despesas antecipadas	1.584	131	Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento (REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA						
Juros sobre arrendamento	13	1.688	928	Partes relacionadas	12.736	(8.620)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	292.620				
Constituição (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa				Outros créditos	(3.684)	(641)	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	4	250.075				
Recuperação de PIS e COFINS - Exclusão de ICMS na base de cálculo	8	(54.126)	-	Ativos de direito de uso			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
Reversão de perda estimada na recuperação de ativos	10 e 20	(340.326)	-	Aumento (redução) nos passivos operacionais:									
Reversão de perda estimada na recuperação de ativos	10 e 20	(340.326)	-	Fornecedores	523.795	86.445							
Baixa do imobilizado	10	10.237	853	Obrigações e encargos trabalhistas	261	108							
				Impostos e contribuições a recolher	16.062	1.742							
				Outras contas a pagar	(21.980)	7.637							
				Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	547.658	270.770							
				FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO									
				- Aplicação Financeira - longo prazo	(382.223)	-							
				Adições ao imobilizado e intangível	(15.426)	(5.898)							

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)									
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		896.299	1.866	151.008	-	21.725	1.070.898		
Pagamento dividendos adicionais propostos (R\$0,057 por ação)	17.d	-	-	-	-	(21.725)	(21.725)		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	189.482	-	189.482		
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva legal	17.b	-	9.474	-	(9.474)	-	-		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,015 por ação)	17.d	-	-	-	(45.002)	-	(45.002)		
Constituição de reserva de lucros retidos	17.b	-	-	135.006	(135.006)	-	-		
Dividendos adicionais (R\$ 0,1685 por ação)	17.d	-	-	(151.000)	-	-	(151.000)		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		896.299	11.340	135.014	-	-	1.042.653		
Pagamento dividendos adicionais propostos (R\$0,044 por ação)	17.d	-	-	(135.014)	-	-	(135.014)		
Lucro líquido do exercício		-	-	-	835.861	-	835.861		
Destinação do lucro:									
Constituição de reserva legal	17.b	-	41.793	-	(41.793)	-	-		
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,0026 por ação)	17.d	-	-	-	(7.941)	-	(7.941)		
Constituição de reserva de lucros retidos	17.b	-	-	786.127	(786.127)	-	-		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		896.299	53.133	786.127	-	-	1.735.559		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas de acordo com os dispositivos contidos na Lei nº 6.404/76 e Lei 11.638/2007, observando os procedimentos e demais exigidos pela legislação em vigor. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra, juntamente com as notas explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, encontram-se disponível na página da internet deste veículo.

Felix de Jesus Lavin Martinez
Diretor

Eduardo José Bulgarelli
Diretor

Marcelene da Paz de Oliveira
Contadora
CRC PE018954/O-0.

Se meu Uno falasse...

Diretora recifense Renata Pinheiro explora fronteira entre homem e automóvel em *Carro rei*, filme com enredo distópico rodado em Caruaru e que estreia amanhã nos cinemas após brilhar em festivais



DIVULGAÇÃO

Vencedor do Festival de Gramado, longa tem Matheus Nachtergaele e Luciano Pedro Jr. no elenco



ANDRÉ GUERRA
 andre.guerra@diariodepernambuco.com.br

N uma Caruaru parcialmente distópica, o menino Uno desenvolve a inusitada capacidade de conversar com carros, chegando a criar uma forte ligação afetiva com um veículo em particular. Já adulto e vendo a frota de táxi do pai passar por uma crise devido a uma decisão do governo que proíbe a circulação de carros antigos, o rapaz se junta ao tio, também obcecado pela ideia de colocar automóveis para falarem - uma revolução que, apesar de fascinante, toma rumos gradativamente mais perturbadores. A partir dessa premissa com ecos de surrealismo e flertes com a ficção científica, *Carro rei*, escrito e dirigido pela recifense Renata Pinheiro (*Amor, plástico e barulho* e *Açúcar*), torna-se também um manifesto sobre um avanço tecnológico que acaba por engolir as relações mais humanas sob a desculpa de um suposto plano de progresso. O longa entra em cartaz amanhã.

O filme, que venceu cinco prêmios no Festival de Cinema de Gramado de 2021, incluindo melhor longa, tem no elenco Matheus Nachtergaele, Tavinho Teixeira e Luciano Pedro Jr. e se desenrola num limiar curioso entre um realismo muito franco dos espaços e das interpretações e um apreço considerável pela estetização daquele mundo. Filmada com uma paleta esverdeada e luzes às vezes fosforescentes, a cidade de Caruaru, também característica pela preponderância de carros nas ruas, vira palco para esses personagens inumanos que mudam o comportamento das pessoas em volta.

Ainda que leve seus personagens e comentários a sério, *Carro rei* não abre mão totalmente da comicidade inerente à premissa. O texto e o timbre do automóvel do título não têm qualquer intenção de parecer metálico e, propositalmente,

soa como um truque de feira. Num primeiro momento ele pode até remeter a um cruzamento da comédia icônica *Se meu fusca falasse* com o controverso horror corporal *Titan*. O encontro entre esses dois extremos acaba se alinhando mais até com um possível episódio pernambucano da série *Black mirror*, que busca repetidas vezes especular sobre a que tipo de futuro o absurdo do presente pode nos levar. A vilanização, portanto, não é da tecnologia, mas do que cegamente o homem pode fazer com ela.

“A ideia para o filme surge da minha observação dos carros no Recife e do modo como eles viraram quase uma espécie dominante nas ruas. Como houve durante um tempo no Brasil um aumento do poder aquisitivo da população, é natural percebermos essa presença cada vez maior. Mas as cidades não estavam tão preparadas para tanto veículo; a consequência disso foi essa sensação de avanço da tecnologia fora do controle”, diz a diretora, ao *Viver*. “Esse mesmo avanço nos levou para um momento de profunda depressão, ainda mais com o país passando a viver um momento de cada vez mais pessoas em condição de rua. Acho que *Carro rei* acaba captando muito dessa energia, além de questões como comportamento de seita e lideranças perigosas.”

Segundo a cineasta, “essa problemática da natureza versus máquina sempre vai ser atual, principalmente num momento do Brasil em que se discute tanto a destruição da agricultura familiar e a dominação de interesses corporativos”. “O filme se tornou mais atual do que imaginávamos. Apesar dessa aparência de uma ficção científica, eu não considero o filme futurista, pelo contrário: eu imagino que tudo aquilo ali, por mais louco que seja, poderia perfeitamente acontecer no presente”, conclui.



Biografia de um grande empreendedor

Othon Lynch Bezerra de Mello, criador da Othon, maior rede de hotéis do Brasil, das lojas Riachuelo e indústrias têxteis, tem sua biografia *Othon Bezerra de Mello: O Singular e o Plural*, da arquiteta e urbanista Juliana Cunha Barreto editada pela Cepe. Lançamento será amanhã no restaurante Ilha da Kosta, na Avenida Rui Barbosa, no casarão onde o biografado morou no Recife.

Os dados da transparência

Sobre a nota da coluna no final de semana, destacando os melhores e piores municípios do estado em transparência, os dados fornecidos pelo Tribunal de Contas do Estado são referentes a 2020, pegando a gestão dos prefeitos anteriores e não dos atuais. O próximo índice será divulgado em 2023.

ARQUIVO PESSOAL



O procurador do Recife Silvio Lins, a esposa Ana Paula e a filha Maria Luiza comemorando aniversário em Campos do Jordão

LIDERANÇA

Pela primeira vez na história, o Centro de Operações Integradas da Neoenergia Pernambuco está sendo supervisionado por uma mulher. A engenheira Elaine Franca comanda o time responsável pela gestão das equipes de prontidão em todo o estado.

ARQUIVO PESSOAL



A advogada pernambucana Érica Azevedo Lima, com João Dória, no evento "Brasil Forum UK" que ela organizou na Universidade de Oxford

ALUISIO MOREIRA/DIVULGAÇÃO



O governador Paulo Câmara, o secretário Humberto Freire e a deputada Gleide Angelo, na inauguração da Delegacia da Mulher de Olinda

NA TRIBUNA

Hoje, às 18h50, na TV Tribuna, a segunda parte da entrevista de José Paulo Cavalcanti Filho ao programa *João Alberto Informal*.

FIG

O Festival de Inverno de Garanhuns retorna depois da pandemia com o maior número de dias desde a primeira edição, em 1991. Vai ser de 15 a 31 de julho.

ASSINATURAS

Os senadores Jarbas Vasconcelos e Humberto Costa assinaram o pedido de criação da CPI do Ministério da Educação protocolado no Senado

O BRASIL EM OXFORD

A sétima edição do *Brazil Forum UK*, evento anual realizado na Universidade de Oxford, foi organizada pela advogada pernambucana Érica Azevedo Lima e teve a participação de Luis Roberto Barroso, Ciro Gomes, Eduardo Paes, Rodrigo Maia, Txai Surui e João Dória. Evento discutiu de forma plural soluções para os principais desafios do Brasil.

FÉRIAS

César Tralli está fora do Jornal Hoje e da Edição das 18h da GloboNews, curtindo férias com a esposa Ticiane Pinheiro e as filhas Manuela e Rafaella em Campos do Jordão.

FORROZEIRO

Têm feito sucesso os vídeos do deputado Álvaro Porto cantando, tocando zabumba e triângulo em agendas cumpridas durante festas juninas.

movimento

Bom dia: "Só se aprende com humildade." (Edvalgo Arlégo)

O novo modelo de passaporte brasileiro começa a ser emitido pela Casa da Moeda em setembro. O da carteira de identidade, a partir de 4 de agosto.

A médica Fátima Dias comemora a aprovação da neta Juliana no vestibular de medicina.

Ciceroneada por Raul Henry, a presidenciável Simone Tebet estará amanhã, em Caruaru.

Muito lamentado o falecimento de Cleide Rios, que teve muita atuação no nosso mundo social.

aniversariantes

Bruno Macedo, Fábio Camarotti Ferreira, Flávia Barbosa, Francisco Galvão Neto, Joseli Lacerda, Maciel Melo, Marilourdes Ferraz, Mirella Falcão, Pedro Freire Filho, Pietra Ferreira da Costa, Romero Bivar e Shirley Oliveira Mello Galindo.

O advogado Almir Reis participa hoje do 10º Fórum Jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Tadeu Alencar prestigiou festas juninas de vários municípios do estado onde tem base eleitoral.

Já está quase pronto o primeiro filme de animação totalmente acessível para pessoas surdas produzido no Nordeste. A ideia nasceu na UFPB e foi abraçada por alunos da UFPE.

Tulipa Ruiz faz show dia 8 de julho, no Teatro do Parque, dentro do projeto Seis e Meia.



Eneida Moraes,
na comemoração do seu aniversário

OTÁVIO MORAES/DIVULGAÇÃO

MINISTRO

O desembargador Ney Bello, do TRF da 1ª Região, que libertou o ex-ministro Milton Ribeiro e os pastores, está em campanha para ser nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça.

INFLAÇÃO

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse que o pior momento da inflação já passou e que o ciclo de alta dos juros está perto do fim.

UPA

O prefeito João Campos participou do início de funcionamento de uma nova UPA-E, com 15 consultórios, no Ibura. Tem o nome em homenagem a um ícone da medicina em Pernambuco, o professor Fernando Figueira.

ATRAÇÃO

A banda Nervosa, formada por quatro mulheres, é a principal atração do evento que marca o início da comemoração dos 30 anos do Abril pro Rock, em novembro, no Clube Português.

IPHONE

O lançamento do primeiro modelo do iPhone completa hoje 15 anos.

MANDATO CURTO

Durou poucos dias o mandato do deputado sergipano Valdevan Noventa. Graças a uma decisão do ministro Nunes Marques, sua cassação pelo TSE foi anulada e ele reassumiu na Câmara dos Deputados. Teve que sair rapidinho, depois que a decisão foi revogada pela Segunda Turma do Supremo.

PETRÓLEO

Para Décio Oddone, ex-diretor geral da Agência Nacional do Petróleo do jeito que a gente discute a formação dos preços dos combustíveis por aqui vai ficar impossível atrair alguém para investir em refinarias no Brasil e reduzir a dependência.

MARCO FERREIRA/DIVULGAÇÃO



Tâmara Andrade, Jô Mazzarolo e
Patrícia Lapenda, em recente evento social

SHEILA WANDERLEY/DIVULGAÇÃO

MEDICINA

Referência em cursos de pós-graduação médica no país, presente em 11 capitais, o Instituto de Pesquisa e Ensino Médico inaugura hoje unidade na Domingos Ferreira, que será dirigida por André Reali.



Felipe Carreras e Diego Perez,
que farão dobradinha na eleição

TV PAGA

O número de assinantes da TV paga no Brasil continua a diminuir. Em abril caiu 0,6% em relação a março, e em 12 meses a queda é de 6,6%. Os atuais 13,2 milhões de assinantes já chegam perto dos 12,8 milhões de 2011. Os dados são da Anatel.

NOVO VOO

No dia 20, a Azul inicia voos entre o Recife e Garanhuns, inicialmente três vezes por semana e em outubro diário. A cidade volta a ter ligação aérea, depois da ATA, de Manoel Ferreira, que operou a rota por muitos anos, com o mesmo avião

o Cessna Grand Caravan.

DEMISSÕES

O novo presidente da Petrobras, Caio Paes de Andrade, deve trocar todos os diretores da empresa. Que têm, é bom lembrar, salários milionários.

QUINTO LUGAR

O Brasil é o quinto país do mundo na produção de energia solar, atrás apenas da China, Estados Unidos, Índia e Alemanha

CRESCIMENTO

Um setor em alta na economia brasileira é o voltado para os pets. O Recife está repleto de lojas dedicadas a eles, quase todas gigantes.

GLEYSOM RAMOS/DIVULGAÇÃO



Anielle Ramos e Leonardo
Coelho, no Spettus Premium

TARCÍSIO

Já está pronto para publicação *Tarcísio Pereira - Todos os Livros do Mundo*, biografia do dono da Livro 7 escrita pelo jornalista Homero Fonseca. A Cepe já decidiu que o lançamento será no Paço do Frevo. Só falta marcar a data.

GLEYSOM RAMOS/DIVULGAÇÃO



Nara Bivar, brilho no
nosso mundo empresarial

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CLIENTES DE PLANOS INDIVIDUAIS PESSOA FÍSICA - UNIMED RECIFE

A Unimed Recife - Cooperativa de Trabalho Médico - notifica seus clientes abaixo, identificados pelo número do cartão de inscrição como cliente do plano de saúde de contrato individual, acompanhado pelo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, com omissão dos dígitos de verificação, a entrarem em contato por telefone: (81) 3413.8400 / 0800-281-5917 ou presencialmente no Centro Administrativo, na Av. Lins Peit, 140 - Bairro Ilha do Leite, de segunda à sexta-feira, no horário das 8:00 às 18:00h, para dar solução à manutenção das respectivas contratações, no prazo máximo de 10 dias contados desta publicação, tendo em vista que os clientes não foram encontrados no domicílio cadastrado em nosso sistema, sob pena de caracterização do disposto no Art. 13, Parágrafo Único, Inciso II da Lei 9656/98 (Lei dos Planos de Saúde) e nos moldes da Súmula Normativa nº 28/2015.

CARTEIRA	CPF	CARTEIRA	CPF	CARTEIRA	CPF
0341010700856007	137.018.414**	0340983003033003	043.629.934**	0347912312177001	101.365.564**
0341010700447000	627.650.354**	0347910000876005	122.515.714**	0347910415119008	140.665.824**
0347910011209005	018.353.124**	0347912259287006	124.032.904**	0347960110334009	284.320.454**
0341010700848004	029.795.094**	0347981000022005	091.572.624**	0341010700603001	112.636.974**
0341010700475003	311.346.058**	0347912412984006	138.866.464**	0347910249977003	108.443.884**
0347911201731002	126.729.454**	0347910267521008	811.874.674**	0341010700093003	114.290.614**
0347910262955000	140.529.914**	0341025002638002	092.215.904**	0347910238152008	012.931.854**
0347910213141002	035.848.744**	0347980271321000	116.461.004**	0347910229745000	712.126.644**
0347910263776001	121.039.414**	0347204008034004	833.478.604**	0347910219888002	048.956.444**
0347910256245001	064.068.784**	0347912316153007	057.360.364**	0347911065208000	055.353.094**
0347912323830004	015.941.794**	0347981000022005	168.435.004**	0347910264893002	019.322.384**
0347901002881007	694.720.334**	0340710001055004	087.225.304**	0347917241176000	822.132.324**
0347940300758107	156.191.474**	0340700010880002	090.223.044**	0347912023655001	065.228.794**
0347910213606005	116.438.254**	0347202007902006	169.767.544**	0347910028479000	808.983.434**
0347911005520003	082.744.904**	0341025005186005	043.813.164**	0347910201877009	178.197.924**
0341010700365000	091.818.754**	0347910143721005	353.741.284**	0347912342101003	036.422.074**
0347972308977000	127.487.254**	0347910216715000	129.597.444**	0341025008894000	092.294.734**
0347912315762002	023.549.584**	0347970206627004	128.447.794**	0347910204327000	119.822.964**
0347912255840002	881.786.684**	0347912102001004	099.909.574**	0341025009279008	038.667.164**
0341010700199006	022.129.854**	0347912242025003	045.610.534**	0347209005435009	264.991.934**
0340962009024008	461.819.884**	0341025006946003	591.396.414**	0347911095783003	692.838.854**
0347911248169003	117.789.684**	0347910228115002	114.277.324**	0347912180225004	056.155.954**
0347911180050000	013.311.684**	0347911448240005	363.368.494**	0347912255494007	029.073.114**
0347910229097008	034.146.884**	0347910002219001	133.199.614**	0347972306123004	296.234.724**
0347910240159006	118.173.084**	0347870322574004	151.288.514**	0347813000695009	855.889.894**
0347910240000007	822.256.304**	0347910261667000	108.961.074**	0347910268458008	833.733.384**
0347910030624004	169.831.654**	0347910418829006	146.292.954**	0341010700374002	103.232.554**
0347912410928001	044.079.934**	0347910097909000	126.244.144**	0341010700686006	070.842.144**
0347924117088000	181.473.134**	0347911218399000	123.998.044**	0347911110536002	109.874.654**
0347910216518000	038.600.284**	0347910248617003	116.901.624**	0340980002556008	064.857.044**
0347910248703007	119.101.024**	0347910002120005	708.098.794**	0347910250255008	140.576.094**
0347912056581007	878.086.414**	0347910000114008	122.768.074**	0347910130375006	111.648.574**
0347912255419005	011.423.374**	0347852010154001	144.729.684**	0341025056859008	043.035.234**
0347100003040000	004.008.684**	0347912103332004	345.433.254**	034791112118003	064.206.824**
0340708000330005	013.434.754**	0340716001030003	361.422.634**	0347871319878004	389.597.508**
0347967093716009	234.044.504**	0341025006302009	137.898.774**	034791086342002	135.903.954**
0340983003425009	197.507.654**	0341025002042002	708.718.084**	0347910452706000	137.317.314**
0340708000705003	084.084.914**	0347912069681004	051.823.504**	0347911102311005	036.716.554**
0347972312876000	138.301.044**	0340982009522008	642.809.184**	034791260249009	020.214.594**
0347911261741004	230.327.235**	0347912355813007	314.980.594**	0347911207901007	010.518.244**
0347910054980005	243.854.844**	0347226008187006	888.347.604**	0341010700773004	511.176.064**
0347910261388000	703.710.154**	0347980235140000	116.387.734**	0347912105583004	665.352.804**
0340714000461001	098.494.494**	0341025001430009	657.724.314**	0340980000153003	143.157.774**
0340983003537001	139.118.454**	0347852009432001	144.729.914**	0347910207594003	084.620.954**
0341010700122003	840.870.804**	0347912314058007	071.238.204**	0347970212819009	008.864.944**
0340700047920002	435.948.834**	0347912098555008	482.734.954**	0347972261632003	064.206.824**
0340983001130001	464.244.584**	0347853307584002	408.848.004**	0341025004750004	631.490.874**
0347960248289002	166.587.014**	0347912237032005	139.029.264**	0347910031304003	869.325.274**
034790004865000	462.154.254**	0347911329886002	097.287.174**	0340707000849007	829.424.984**
0347910033803007	595.352.024**	0347960117025001	014.551.174**	0347910228734004	043.724.324**
0340980000190005	079.833.524**	0347910072359007	588.961.714**	0347980252108003	118.149.024**
0341010700634004	039.433.594**	0347910311683004	119.860.114**	0347911236676008	008.086.934**
0341025000451002	031.178.974**	0341025007097000	061.096.254**	0347910263464000	121.354.224**
0341010700355008	142.919.684**	0347912098290004	121.042.444**	0347911317516000	136.455.544**
0347924117074008	021.285.244**	0347910219610004	049.102.334**	0347910269085000	122.416.934**
034791014516006	831.170.244**	0340708000188004	497.741.154**	0347911098641003	034.693.634**
0347912223384001	484.875.874**	0347910291898004	010.236.424**	034071002020000	735.094.374**
0347910707710004	103.076.304**	0347911000123005	064.948.484**	0347911301247005	032.712.184**
0341010700650000	033.362.094**	0347911210731605	115.516.444**	0347912078007907	765.584.014**
0347910111359009	155.136.434**	0347911265833005	629.848.614**	0340983005482000	583.012.754**
0347910209641004	119.062.344**	0341025000982008	100.667.084**	0347910210855004	780.980.784**
0340980000915000	321.887.494**	0347910077232005	710.857.524**	0347911221041001	111.595.494**
0347853214300004	180.503.364**	0347911078799007	013.062.194**	0347801015816008	891.560.304**
0347950105484009	104.396.174**	03479100364253004	138.564.324**	0347912364873009	620.554.104**
0347911001472003	130.086.914**	0347910022207009	834.644.684**	0347910240869003	112.143.134**
0347910240158000	118.173.034**	0347911235458004	041.674.554**	0347910267520001	702.881.284**
0347910103167007	094.920.374**	0347980238784005	119.989.474**	0347910006955004	962.297.814**
0347911105304000	056.570.204**	0347911316889001	031.494.704**	0347910048934005	024.831.184**
0340980000049000	114.275.234**	0347912078165006	172.214.984**	0347910020920000	052.688.224**
0347910393723000	075.676.204**	0340890003280005	172.088.824**	0340893003898007	284.920.914**
0341010700441001	135.724.414**	0347912070356007	266.180.014**	0347910263757007	063.483.094**
0341025002128004	065.015.144**	0340983000147008	291.667.054**	0347910213903000	000.453.054**
0347911211766003	051.730.574**	0340705001070007	454.852.674**	0347910010760000	670.767.284**
0347910228687006	047.043.614**	0340710001354001	360.316.154**	0347912332039003	667.429.784**
0347912106014003	070.752.354**	0347910064496009	575.945.894**	0347910998325004	019.211.694**
0347912332933006	321.501.054**	0341010700421000	884.193.744**	0347910261133006	113.044.834**
0347910217480006	105.778.984**	0341025005997003	705.924.714**	0340982009139000	461.466.874**
0347900002442005	148.970.754**	0347912232938006	246.749.314**	0340708000116008	421.165.544**
0341010700678001	119.769.374**	0347910230616005	063.738.284**	0347912093959009	243.597.344**
0340980000049000	114.275.234**	0347910217169000	129.588.004**	0340982010211002	253.911.864**
0340983004113000	075.676.204**	0347910241561002	070.734.615**	0347911215289009	451.767.804**
0341010700490003	569.589.524**	0347960110896001	430.814.284**	0347910312658003	125.045.634**
0347607012497005	247.987.934**	0347970200136009	110.742.344**	0341010700818008	088.264.724**
0341025008453004	029.712.924**	0347910252389001	94.402.474**	0347911322544009	119.476.304**
0347970209073000	708.293.104**	0347971409523007	135.515.884**	0347910312809001	139.045.894**
0340980002549005	135.892.964**	0347970000007000	708.980.594**	0347911200628003	126.348.364**
0341025002599007	109.570.334**	0347910240820004	126.620.484**	0347911107483009	025.092.174**
0347912356999007	034.921.604**	0347911213685000	115.837.534**	0347910004991003	702.439.734**
0347912043446009	169.504.374**	0347910001281005	059.851.074**	0347970200945004	117.403.174**
0340983003859009	285.793.134**	0347801013158003	719.570.574**	0347911318318008	709.902.814**
0347910062340001	852.926.284**	0341010700816005	133.260.534**	0340704000045000	487.263.974**
0341025005615003	107.944.774**	0347101002325006	098.014.854**	0347910265072001	944.982.704**
0340708001201009	345.934.704**	034780404318006	781.174.044**	0347910001064004	100.587.014**
0347912034589005	143.576.074**	0347900005231005	858.104.874**		



SANDY JAMES/ESP. DP FOTO

Recife já pagou auxílio para 10 mil famílias

Só ontem foram 948 novos beneficiários da indenização aos atingidos, na capital, pela tragédia dos últimos temporais. Até agora, R\$ 25,5 milhões foram gastos

Cerca de duas semanas após as primeiras liberações, 10.223 famílias do Recife tiveram acesso ao Auxílio Municipal e Estadual (AME), apoio financeiro destinado às vítimas do maior desastre climático do município. Ontem, exatamente um mês depois do pior dia da tragédia, a edição do Diário Oficial do município trouxe a relação das 948 novas famílias contempladas com o benefício, pago em parcela única no valor de R\$ 2.500. Até o momento, o desembolso por parte da prefeitura, Governo de Pernambuco e Câmara Municipal de Vereadores ultrapassa R\$ 25,5 milhões em recursos para mitigar as perdas materiais e patrimoniais. Os recursos já estão disponíveis para movimentação bancária através do aplicativo "Carteira bB" ou para saque nas agências físicas do Banco do Brasil.



A chikungunya é transmitida pelo *Aedes aegypti*, responsável, ainda, pela dengue e zika

Resiq
RESINAS INDUSTRIAIS

EDITAL DE CITAÇÃO

Prazo: 20 (vinte) dias

O(A) Exmo.(a) Sr.(a) Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca Vitória Santo Antão, em virtude de Lei, etc. FAZ SABER a REU: ROMILDO JERONIMO DA SILVA, a(o)(s) qual(is) se encontra(m) em local incerto e não sabido que, neste Juízo de Direito, situado à Rua Joaquim Nabuco, 280, Matriz, VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE - CEP: 55612-900, tramita a ação de PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7), Processo Judicial Eletrônico - PJe 0004167-48.2019.8.17.3590, proposta por AUTOR: RESIQ - INDUSTRIA E COMERCIO DE RESINAS LTDA. Assim, fica(m) a(o)(s) ré(u)(s) CITADA(O)(S) para, querendo, CONTESTAR a ação supracitada no prazo de 15 (quinze) dias, contados do transcurso deste edital. Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo marcado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo(a)(s) autor(a)(es) na petição inicial, com a nomeação de curador especial (art. 344, c/c art. 257, da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015). Observação: O presente processo tramita de forma eletrônica através do sistema PJe. Independentemente de cadastro prévio, a parte/advogado poderá realizar consulta através do seguinte endereço eletrônico: <https://pje.tjpe.jus.br/1g/ConsultaPublica/listView.seam>. A tramitação desta ação deverá ser feita através do referido sistema, sendo necessária a utilização de Certificação Digital. As instruções para cadastramento e uso do sistema podem ser obtidas através do seguinte endereço na internet: <http://www.tjpe.jus.br/web/processo-judicial-eletronico/cadastro-de-advogado>. E, para que chegue ao conhecimento de todos, partes e terceiros, eu, TAINAN SIQUEIRA DE ALBUQUERQUE, o digitei e submeti à conferência e assinatura(s).

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, 27 de maio de 2022.

Chikungunya faz primeira vítima em 2022

Idosa do Sertão é o primeiro caso de morte por essa doença, neste ano, em Pernambuco. Arbovirose cresceu 17,2% em relação ao mesmo período de 2021

Uma mulher de 86 anos foi a primeira vítima por chikungunya no estado, em 2022. A idosa era moradora de Petrolina, no Sertão de Pernambuco, e morreu em 6 de abril deste ano. A morte foi confirmada ontem pela Secretaria de Saúde do Estado (SES-PE), por meio de boletim de arboviroses referente à Semana Epidemiológica 1ª a 23/2022, período entre os dias 2 de janeiro de 2022 a 11 de junho de 2022.

Segundo a SES-PE, houve um aumento de 17,2% nos casos de chikungunya em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram registrados 18.812 casos

suspeitos. Neste ano, 22.049 casos foram notificados, em 167 municípios. Dos casos notificados, 4.644 foram confirmados e 4.377 foram descartados.

Esta é a segunda morte confirmada por arboviroses em Pernambuco, em 2022, sendo o outro óbito provocado pela dengue. As arboviroses são doenças transmitidas, principalmente, por mosquitos. Dengue, zika e chikungunya são transmitidas pelo *Aedes aegypti*. Neste período de chuvas, a tendência é o aumento de casos de arboviroses, ocasionado pelo acúmulo de águas paradas.

Em boletim das arboviroses em 2022, foram notificados 33.743 casos de dengue, em 185 municípios. Dentre eles, 2.873 foram confirma-

dos e 11.825 foram descartados. Os dados confirmam um aumento de 13,4% comparados ao mesmo período de 2021, quando 29.765 casos suspeitos foram notificados.

Já em relação a zika, os dados deste ano apresentam redução de 33,6% em comparação aos dados de 2021, quando 1.753 casos foram notificados em 2022 e 2.639 casos no ano anterior.

Desde maio, Pernambuco segue sendo castigado pelas fortes chuvas que devastaram grande parte do estado. Nes-

te momento onde as pessoas tentam se reerguer em meio a transtornos, a desatenção com as precauções contra os mosquitos ocorre, resultando em aumento de casos.

RISCO

Segundo informações da Secretaria de Saúde do Estado, o Índice de Infestação Predial do 3º ciclo do LIRAA, que se refere ao Levantamento de Índice Rápido do *Aedes aegypti*, apontou, entre os dias 9 e 13 de maio de 2022, que 47 municípios estão em situação de risco para os tipos de vírus vindos desse mosquito, 100 em situação de alerta e 35 em situação satisfatória.

Por isso, a população deve ser sempre alertada a realizar ações simples, como tampar caixas d'água, cobrir piscinas, retirar águas de vasos e pneus, entre outras, desta forma ajudando no combate às doenças.

Em 22 mil casos suspeitos, 4.644 foram confirmados. É a segunda morte por arbovirose este ano. A outra foi por dengue



Mortes violentas caem 6,5% no Brasil em 2021

Segundo o Anuário Brasileiro da Segurança Pública, apesar da melhora, o Brasil ainda é responsável por um em cada cinco homicídios no mundo

O registro de mortes violentas intencionais, no ano passado, caiu 6,5% em todo o Brasil, apontou ontem o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, documento divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. As mortes violentas intencionais consideraram tanto

os homicídios dolosos quanto os latrocínios, as mortes decorrentes de intervenções policiais e as lesões corporais seguidas de morte.

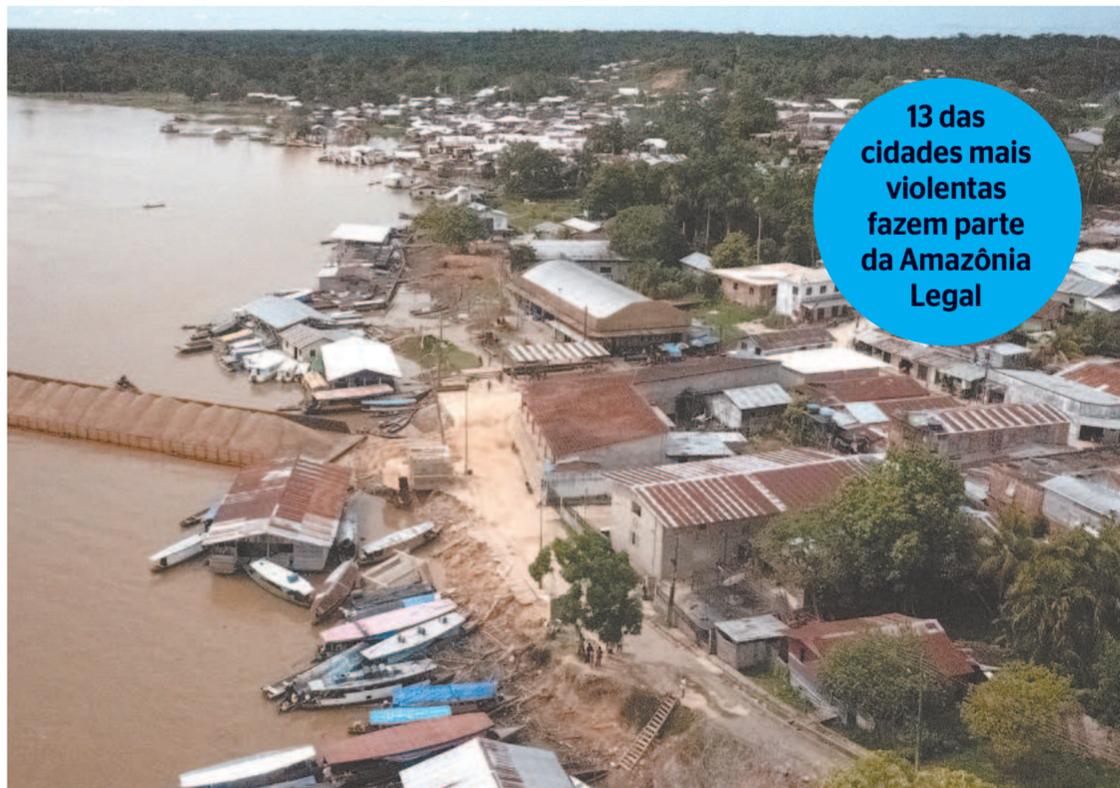
Em números absolutos, as notificações passaram de 50.448

mortes em 2020 para 47.503 no ano passado, patamar mais baixo desde 2011, quando elas atingiram 47.215. Desde então, o maior patamar registrado foi em 2017, com 64.078 mortes. Em

76% dos casos ocorridos no ano passado, as mortes intencionais foram provocadas por armas de fogo.

Todas as regiões do país apresentaram queda no indicador, com exceção da Região Norte, onde elas passaram de 5.758 notificações em 2020 para 6.291 no ano passado, com aumento no Pará, Amapá, Amazonas,

Todas as regiões apresentaram queda, com exceção da Região Norte, de 5.758 em 2020 para 6.291 em 2021



Rondônia e Roraima. Também foi registrado aumento absoluto em dois outros estados brasileiros: Bahia e Piauí.

Segundo o anuário, apesar da melhoria no indicador, o Brasil ainda convive com violência extrema, sendo responsável por um em cada cinco homicídios que ocorrem no mundo (20,4% do total). A maior parte das vítimas dessas mortes violentas e intencionais no país é

negra (77,9%), do sexo masculino (91,3%) e jovem entre 12 e 29 anos (50% do total).

CIDADES

O anuário também fez um levantamento das 30 cidades mais violentas do país entre os anos de 2019 e 2021. De acordo com o balanço, 13 delas fazem parte da Amazônia Legal, onde a taxa de violência letal foi 38% superior à média nacional: no Brasil, es-

sa taxa é de 22,3 mortes violentas intencionais a cada 100 mil habitantes, enquanto na Amazônia Legal figura em 30,9 mortes a cada 100 mil habitantes.

A cidade mais violenta do país no período foi São João do Jaguaribe (CE), seguida por Jacareacanga (PA), Aurelino Leal (BA), Santa Luzia D'Oeste (RO), São Felipe D'Oeste (RO) e Floresta do Araguaia (PA). (Agência Brasil)

MIGRANTES

Biden pede combate a traficantes após mortes

Autoridades americanas iniciaram uma investigação ontem, um dia depois da morte de pelo menos 51 migrantes que, apesar do calor asfíxiante, viajavam amontoados no baú de um caminhão no Texas, uma tragédia que o presidente Joe Biden atribuiu aos traficantes de pessoas. A oposição não demorou a criticar o democrata, acusando-o de não aplicar uma política firme na fronteira.

O presidente americano insistiu a fortalecer a luta contra "uma indústria criminoso multimilionária" e destacou que foram realizadas 2.400 detenções desde o lançamento, há

três meses, de uma ação conjunta entre Estados Unidos e outros países da região.

Os republicanos não se convenceram. O governador do Texas, Greg Abbott, que defende a linha dura contra a migração, culpou as políticas de fronteiras abertas. "Estas mortes estão na conta de Biden", tuitou.

A descoberta ocorreu durante a noite de segunda. Os socorristas retiraram 46 cadáveres e 16 pessoas "conscientes", levadas a hospitais próximos sofrendo de insolação e desidratação. O número de mortos aumentou para 51 ontem - 39 homens e 12 mulheres. (AFP)

LOTÉRIAS

QUINA 5883

12	24	31	71	80
ACERTOS	GANHADORES	RATEIO (R\$)		
QUINA	ACUMULOU	1.267.394,48		
QUADRA	32	8.897,73		
TERNO	3113	87,10		

MEGA-SENA 2495

08	12	14	30	33	41
ACERTOS	GANHADORES	RATEIO (R\$)			
SENA	ACUMULOU	31.664.380,64			
QUINA	37	54.647,64			
QUADRA	3602	801,92			

TIMEMANIA 1801

11	40	46	54	59	60	72
TIME DO CORAÇÃO FERROVIARIA / SP						
FAIXA	GANHADORES	RATEIO (R\$)				
7	ACUMULOU	39.223.570,22				
6	4	105.498,10				
5	390	1.545,75				
4	7944	9,00				
3	80494	3,00				

LOTOFÁCIL 2558

03	04	05	06	10	12	14	15
16	17	20	21	22	24	25	
FAIXA	GANHADORES	RATEIO (R\$)					
15	1	3.477.366,40					
14	362	1.688,08					
13	12956	25,00					
12	163123	10,00					
11	886498	5,00					

DUPLA-SENA 2384

1º SORTEIO	01	08	28	30	34	38
ACERTOS	GANHADORES	RATEIO (R\$)				
SENA	1	8.528.123,71				
QUINA	13	7.840,43				
QUADRA	857	135,92				
2º SORTEIO	05	18	28	39	41	43
ACERTOS	GANHADORES	RATEIO (R\$)				
SENA	0	0,00				
QUINA	27	3.397,52				
QUADRA	1075	108,35				

Sport até sai na frente no Mineirão, mas leva virada ainda no 1º tempo, perde para o Cruzeiro por 2 a 1 e Grêmio abre quatro pontos na quarta colocação



STAFF IMAGES/CRUZEIRO

Derrota e G4 ainda mais distante

PEDRO ALVES
ESPECIAL PARA O DIÁRIO
pedro.neto@diariodepernambuco.com.br

Ainda sem Lisca na beira do gramado, o Sport foi até Belo Horizonte e foi derrotado de virada para o Cruzeiro, pelo placar de 2 a 1, no Mineirão, pela 15ª rodada da Série B do Campeonato Brasileiro, e acabou se distanciando do G4 da competição devido a combinações de resultados nas outras partidas. Os gols do confronto foram marcados por Sabino, contra, e Daniel Jr., para a Raposa, e Kayke, para o Leão.

O JOGO

A partida começou com a famosa pressão exercida pelos donos da casa e o Sport passou a respeitar demais a equipe do Cruzeiro, pouco pressionava a saída de bola dos mineiros e encontrava dificuldade para ficar com a bola e realizar a transição ofensiva para tentar explorar os es-

paços da defesa adversária.

Porém, na primeira chance em que o Sport conseguiu roubar a bola do Cruzeiro e aplicar um rápido contra-ataque, o Leão abriu o placar. Ao desarmar a Raposa no meio de campo, Luciano Juba tocou para Kayke, que atacou as costas da defesa, driblou o primeiro marcador e acertou um belo chute, sem chances para Rafael Cabral.

Apesar de estar atrás no placar, o Cruzeiro não se rendeu e partiu para cima para buscar a virada. Seis minutos depois, após troca de passes pelo lado esquerdo, xxxx cruzou e o zagueiro Sabino acabou cabeceando contra a própria meta, empatando a partida. Aos 43, o Cru-

zeiro armou um rápido contra-ataque com Daniel Jr. que pedalou, chutou e contou com o desvio de Ewerthon para tirar as chances de Mailson e marcar o segundo dos mineiros.

SEGUNDO TEMPO

Para a segunda etapa, César Lucena voltou com Blás Cáceres no lugar do sumido Alanzinho. O paraguaio conseguiu dar uma vida maior ao meio de campo do Sport com um passe mais assertivo e maior movimentação. Porém, novamente, o time rubro-negro acabava esbarrando na limiação técnica ofensiva de seus jogadores.

Mesmo com muitos erros, o Sport passou a criar as princi-

pais chances de gol. Porém, as duas principais caíram nos pés de Thiago Lopes, que não teve uma boa partida, e acabou desperdiçando todas elas. Não à toa, aos 20 minutos foi substituído para a entrada de Bill, com o objetivo de melhorar as definições rubro-negras.

Chegando a reta final do confronto, os ânimos da partida acabaram ficando mais esquentados com bastante faltas e jogadores das duas equipes sendo advertido com o cartão amarelo pela arbitragem. Apesar de um duelo maior, nem Cruzeiro e nem o Sport conseguiram mudar o placar e o time mineiro saiu vitorioso na 15ª rodada.

Gol contra de Sabino abriu o caminho para a virada do líder da Série B do Brasileirão



FICHA

2 X 1

Cruzeiro Sport

Rafael Cabral; Zé Ivaldo, L. Oliveira e Eduardo Brock; Geovane Jesus (Rômulo), Willian Oliveira, Neto Moura e Matheus Bidú; Daniel Jr. (Adriano), Luvannor (Vitor Leque) e Edu (Rodolfo). **Técnico:** Paulo Pezzolano.

Mailson; Ewerthon (Búfalo), Rafael Thyere, Sabino e Sander; Fabinho, Bruno Matias e Thiago Lopes (Bill); Alanzinho (Blás Cáceres), Luciano Juba e Kayke. **Técnico:** César Lucena (Interino).

Local: Mineirão, Belo Horizonte
Arbitragem: Leandro Pedro Vuaden.
Assistentes: Jorge Eduardo Bernardi e José Eduardo Calza.
Gols: Sabino (contra) (25' / 1ºT), Daniel Jr. (43' / 1ºT) (Cruzeiro); Kayke (19' / 1ºT) (Sport).
Cartões amarelos: L. Oliveira, Willian Oliveira, Zé Ivaldo (Cruzeiro); Fabinho, Sander (Sport).

CLASSIFICAÇÃO				
SÉRIE B				
		P	V	SG
1º	Cruzeiro	34	11	12
2º	Vasco	30	8	11
3º	Bahia	28	9	9
4º	Grêmio	25	6	8
5º	Sport	21	5	2
6º	Tombense	20	4	2
7º	Criciúma	19	5	2
8º	Operário-PR	19	5	0
9º	Sampaio Corrêa	19	5	0
10º	Londrina	18	5	-2
11º	CRB	18	5	-6
12º	Brusque	17	5	-5
13º	Ituano	17	4	1
14º	Novorizontino	17	4	-4
15º	Chapecoense	15	3	-1
16º	CSA	15	2	-4
17º	Náutico	14	3	-5
18º	Ponte Preta	14	3	-5
19º	Guarani	13	2	-9
20º	Vila Nova	12	1	-6

SANTA CRUZ

Martelotte elogia dupla Matheuzinho e Furtado no ataque

VITÓRIA FIALHO
ESPECIAL PARA O DIÁRIO
esportes@diariodepernambuco.com.br

Com moral. O desempenho da dupla de atacantes Matheuzinho e Rafael Furtado tem agrado o treinador Marcelo Martelotte. Os jogadores voltaram de suspensão na goleada por 4 a 1 contra o Atlético de Alagoi-

nhas na última segunda-feira. Com direito a gols e boas movimentações, o ponta e o centroavante foram peças importantes na primeira vitória coral longe do Recife. Após o confronto, o comandante rasgou elogios aos atletas.

“A gente sabia que eles iriam fazer falta no jogo passado. Não pe-

los jogadores que entraram, mas pela sequência que vinham tendo. Eles já estavam vivendo um bom momento, fazendo bons jogos. Sempre em um nível muito bom. E isso ficou provado. Ainda bem, porque o bom jogo deles fez com que a gente conseguisse a vitória”, disse.

“Mais uma vez é um trabalho

de grupo que vem se fortalecendo. A gente tinha a necessidade de provar que aquela derrota para o Jacuipense foi um acidente de percurso. E que acontece, tudo bem. Mas um time que quer brigar na parte de cima da tabela e tem a camisa do Santa Cruz não pode se acostumar com derrota”, completou.

O Tricolor volta a campo no próximo domingo (3), quando enfrenta o Juazeirense, no Aruda, em duelo válido pela 12ª rodada do Brasileiro da Série D. Pela frente, a missão de se manter no G4 e seguir vivo na disputa pelo acesso à Terceira Divisão, principal objetivo da temporada.

Criciúma e desfalques no caminho Timbu

Segundo pior mandante da Série B, o Náutico precisa melhorar a estatística para deixar a incômoda zona de rebaixamento para a Série C

JÚLIO CÉSAR MARTINS

ESPECIAL PARA O DIÁRIO

julio.martins@diariodepernambuco.com.br

Historicamente um fator decisivo em favor do Náutico, o mando de campo não vem favorecendo nesta Série B. Segundo pior mandante da competição, com apenas uma vitória em sete partidas, o clube terá mais uma chance de sair da zona do rebaixamento contra o Criciúma, hoje, às 19h. O jogo no estádio dos Afritos será válido pela 15ª rodada da competição.

Além de ter que atuar contra essa estatística, o Timbu terá que lidar com seis desfalques diante dos catarinenses. O treinador Roberto Fernandes não poderá contar com o goleiro Lucas Perri, o lateral-direito Victor Ferraz e o meia Jean Carlos, todos suspensos. Além disso, o atacante Juninho Carpina foi liberado para resolver problemas pessoais. No de-

partamento médico estão o goleiro Bruno, substituto imediato de Perri, e o atacante Niltinho.

Sem as duas primeiras opções para o gol, a equipe alvirrubra terá o jovem Renan como titular. O jogador de 24 anos foi acionado no segundo tempo do último domingo, no empate diante do Tombense, e vai iniciar um confronto pela primeira vez com a camisa alvirrubra. Já para a vaga de Victor Ferraz, que vinha fazendo uma função importante ao lado de Richard Franco, o comandante do time deve escalar Nascimento, que foi titular em algumas rodadas.

Para substituir o 'Mágico', principal destaque nas últimas temporadas, o técnico tem algumas possibilidades. Caso queira mais consistência no meio-campo, Júnior Tavares pode entrar e ter um papel mais ofensivo, encostando em Amarildo, ou ir para a ala-esquerda, deixando Pedro



TIAGO CALDAS/CNC

Vitor mais avançado. Se o treinador optar por uma formação com mais chegada ao ataque poderá promover a estreia de Geuvânio como titular. O atacante jogou oito minutos contra o

Sport, porém ficou no banco na última partida.

“Vou focar nos atletas que serão substitutos. Têm a minha confiança e do grupo. O Criciúma joga em uma plataforma si-

milar a do Tombense. Apoiar bem com os laterais. Mas você vai ver muito pouco time jogando fora de casa como joga em casa. Eles buscam o erro do adversário”, avaliou Roberto Fernandes.

Atacante Geuvânio pode ter sua primeira oportunidade como titular

FICHA	
Náutico	Criciúma

Renan; Wellington, Bruno Bispo e João Paulo; Thássio, Ralph, Richard Franco, Nascimento e Pedro Vitor; Geuvânio e Amarildo. Técnico: Roberto Fernandes

Gustavo; Claudinho, Rodrigo, Rayan e Marcelo Hermes; Rômulo, Arilson, Felipe Mateus e Lucas Xavier; Hygor e Caio Dantas. Técnico: Cláudio Tencati

Local: estádio dos Afritos

Hora: 19h

Árbitro: Andre Luiz de Freitas Castro (GO)

Assistentes: Fabricio Vilarinho da Silva (FIFA) (GO) e Tiago Gomes da Silva (GO)

INTERNACIONAL

Thiago Silva torce para ter Neymar no Chelsea

DIEGO BORGES

ESPECIAL PARA O DIÁRIO

esportes@diariodepernambuco.com.br

Um dos líderes da atual Seleção Brasileira, o zagueiro Thiago Silva esteve no Recife ontem, onde foi anunciado como embaixador em uma campanha publicitária. Recordista como o zagueiro que mais vezes vestiu a camisa canarinho, com 107 jogos até aqui, o atleta comentou

sobre os planos para disputar a sua quarta Copa do Mundo, em novembro no Catar, valorizando o apoio do povo recifense.

“Sempre que a gente vem aqui, nós somos muito bem recebidos. Um povo muito caloroso e o ambiente do jogo fica bem favorável, uma alegria muito grande. O povo de Recife, com certeza, nos dá algo mais e não precisa nem passar para os jogadores,

porque eles sabem da importância que Recife tem nas nossas vidas. Nós sempre pedimos para jogar aqui”, revelou o zagueiro, um dos capitães da seleção.

Ex-companheiro de Neymar no PSG durante três temporadas, Thiago Silva comentou sobre os rumores de uma possível ida do atacante para a Premier League. Para o zagueiro, é melhor ter o camisa 10 da Sele-

ção como companheiro do que como adversário.

“Tem que ir pro Chelsea. A expectativa, se vier a acontecer, vai ser a melhor possível. O Neymar é um cara que dispensa comentários pela sua qualidade. É super amigo. Então, tem um amigo próximo e com qualidade toda, com certeza eu prefiro e espero que se concretize, mas até o momento não sei de nada.”



RÔMULO CHICO/ESP. DP

Zagueiro disse que os jogadores pedem para atuar no Recife

PUBLICIDADELEGAL

Classilider (81) 2122 7892

CONVOCAÇÃO PARA RETORNO AO TRABALHO

Sr. EDSON LOPES

Sua ausência continuada e injustificada ao trabalho desde o dia 01 de abril deste ano, tem provocado inúmeras dificuldades e transtornos para a empresa. Diante disso, vimos através desta notificá-lo a comparecer imediatamente e retomar suas funções.

Ressaltamos que o seu não comparecimento no prazo de 05 (cinco) dias caracterizará abandono de emprego, ocasionando sua demissão por justa causa nos termos do artigo 482, alínea I, da CLT.

Caruaru, Pe. 29 de junho de 2022

Claudia Emanoela de Carvalho Teixeira
Administradora
COMÉRCIO E SERVIÇO AUTOMOTIVO TEIXEIRA LTDA.
AUTO MECÂNICA TEIXEIRA
CNPJ 23254176000175

CONTADOR, ANUNCIE SEUS EDITAIS NO DIÁRIO PELO MELHOR CUSTO BENEFÍCIO!

CONSULTE NOSSO DEPARTAMENTO COMERCIAL!

81 2122.7892

depto.comercial@diariodepernambuco.com.br
comercial@diariodepernambuco.com.br

DIÁRIO de PERNAMBUCO
DESDE 1825

COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - CITEPE submete à apreciação de V. Sas. as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensagem da Administração

Iniciamos o ano de 2021 com otimismo em relação à recuperação da atividade econômica nacional e global, depois da forte queda ocorrida em 2020. Nossas estimativas eram de um crescimento baixo, considerando o ritmo lento das ações para o controle da pandemia, o qual a demora no processo de vacinação ampla da população enuncia que a crise sanitária poderia se arrastar por mais tempo e, consequentemente, causaria impactos adicionais à economia, retardando a esperada recuperação.

Neste cenário volátil e incerto, enfrentamos outros fatores conjunturais: inflação, desemprego, câmbio, rupturas de cadeias produtivas que resultaram em falta de alguns componentes e produtos, aumento dos preços da energia, elevação dos preços nos fretes marítimos, aumento do preço das commodities em geral, entre outros, que, ao longo do ano, trouxeram mais tensão e volatilidade ao ambiente fragilizado da economia.

Não obstante, no tocante aos resultados do negócio, desde o início da pandemia, a dinâmica observada foi mais favorável comparativamente a outros segmentos. Como produtores de matérias-primas para as indústrias de artigos considerados essenciais (bebidas, alimentos, higiene, limpeza e produtos farmacêuticos), experimentamos crescimento na demanda de resinas de PET-polietileno tereftalato.

Na indústria petroquímica, se observou um aumento dos spreads de preços durante todo ano de 2021, atingindo patamares acima da média histórica dos últimos anos.

Nesse contexto positivo para o segmento, a Companhia encerrou o ano de 2021 com uma vigorosa performance, acima da expectativa, sendo o melhor resultado desde que a Alpek Polyester assumiu a gestão e controle do negócio no Brasil (maio de 2018).

O portfólio de produtos da CITEPE está direcionado para cadeias produtivas da indústria de alimentos, bebidas, produtos de higiene e limpeza, farmacêuticos e a indústria têxtil, que se posicionam entre os maiores empregadores na indústria de transformação.

Negócio de resinas PET – polietileno tereftalato – é o principal produto da CITEPE, com consumo predominante na indústria de bebidas não alcoólicas (água engarrafada, refrigerantes, concentrados, sucos, chás, bebidas esportivas e energéticas), embalagens de alimentos, produtos de higiene e limpeza, farmacêuticos e cuidados pessoais. Em 2021, aumentamos o volume de vendas, tanto no mercado interno quanto nas exportações.

Negócio de filamentos texturizados de poliéster: As vendas nacionais de filamentos texturizados de poliéster – DTY para a indústria têxtil foi ligeiramente superior aos volumes comercializados em anos anteriores. O maior obstáculo para o aumento da produção local de filamentos segue sendo as vantagens fiscais ao importador, sobretudo das importações provenientes da Ásia, em detrimento da indústria brasileira, que tem capacidade para atender mais da metade da demanda interna da indústria têxtil e tem atuado com capacidade ociosa nos últimos anos. Nossos produtos neste segmento oferecem inúmeras vantagens reconhecidas pelos clientes como a qualidade, os serviços logísticos, a facilidade de crédito e assistência. O volume de importações segue crescente e, no período, ultrapassou as 200 mil toneladas.

Em 2021, a Companhia avançou com os temas da agenda ESG, buscando incorporá-los aos processos de negócios e de tomada de decisões. Dessa forma, foram estabelecidos plano de trabalho, metas e compromissos, inseridos no sistema de gestão integrado e no plano estratégico de longo prazo, que se materializará nos próximos exercícios, com destaque para a economia circular - restauradora e regenerativa. Ademais, estão previstos investimentos em energia renovável e em soluções relacionadas a ampliar a oferta de reciclados r-PET.

No campo da inovação, seguimos incentivando nossas equipes a repensar processos, criar e inovar, reconhecendo que a inovação é uma necessidade real para o sucesso do negócio. De forma recorrente, seguimos monitoramos as tendências futuras e atuamos para atender as necessidades dos clientes, compartilhando conhecimentos entre as equipes e adotando as melhores práticas globais em nossas operações.

No período, realizamos investimentos superiores a R\$ 15 milhões nos ativos existentes para melhoria da eficiência operativa e em projetos de melhoria de processos.

Os resultados alcançados refletem a capacidade de adaptação dos nossos colaboradores ao contexto, à cultura de excelência e alta performance, e à crescente preparação e auto-desenvolvimento para lidar com ambientes desafiadores e cambiantes. Este modelo de atuação foca na identificação de oportunidades de transformação dos negócios, atendendo, simultaneamente, nossos compromissos com os principais públicos de interesse, sobretudo clientes, acionistas, fornecedores e sociedade.

A ALPEK atua em dois segmentos de negócios: **Cadeia de Poliéster**, através da "Alpek Polyester", e **Plásticos & Químicos** (polipropileno, poliestireno, caprolactama e outras especialidades químicas). A ALPEK opera 28 plantas distribuídas nos Estados Unidos, México, Canadá, Brasil, Argentina e UK e tem mais de 6.000 colaboradores. É uma empresa petroquímica de capital aberto, com ações negociadas na Bolsa de Valores do México.

A CITEPE é produtora da resina de polietileno-tereftalato (PET), polímero poliéster termo-plástico e de filamentos texturizados de poliéster (DTY). O PET é produzido industrialmente por esterificação direta do ácido tereftalato purificado (PTA) com o mono etileno glicol (MEG). A resina PET é utilizada em embalagens de garrafas para bebidas (refrigerantes, águas, sucos etc.), além de várias outras aplicações, sendo encontrada em diversos segmentos de consumo. O filamento texturizado de poliéster é usado na indústria têxtil, sendo o seu consumo crescente no país e no mundo, em relação às fibras naturais.

Resultados financeiros

Receita de Vendas

As vendas totais da CITEPE em 2021 proporcionaram uma receita líquida de R\$ 2.885 milhões, 75% superior à do exercício de 2020 (R\$ 1.651 milhão). O acréscimo correlaciona-se ao aumento no volume de vendas tanto no segmento de resina PET como também em filamentos texturizados de poliéster DTY e, sobretudo, à elevação de preços referenciais, favorecendo a melhora significativa dos resultados.

	2021			2020		
	Receita Líquida (R\$ milhões)	%	Δ%	Receita Líquida (R\$ milhões)	%	
PET	2.550	88	77	1.443	87	
Filamentos	335	12	61	208	13	
	2.885		75	1.651		

Custo das Vendas

O Custo do Produto Vendido (CPV) da CITEPE em 2021 foi de R\$ 2.340 milhões, 63% superior ao ano anterior (R\$1.438 milhão), mantendo-se em linha quando comparado à Receita, e beneficiado pelo desempenho operacional.

Despesas Operacionais

Em 2021, as Despesas Operacionais (Vendas, Gerais e Administrativas e Outras Despesas Operacionais) foram de R\$ 304 milhões em relação aos R\$ 72 milhões de 2020. O principal efeito está relacionado à reversão de valor na recuperação de ativos realizada no exercício, no valor de R\$ 340 milhões.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais - R\$)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação - em R\$)			
	Nota explicativa	31/12/2021	31/12/2020		Nota explicativa	2021	2020
ATIVOS				PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	250.075	292.620	Fornecedores	12	971.846	467.661
Contas a receber de clientes	6	503.544	265.786	Valores a pagar de arrendamento	13	7.556	5.972
Estoques	7	558.310	298.684	Obrigações com pessoal e encargos trabalhistas		2.131	1.870
Impostos a recuperar - CP	8	142.865	188.610	Impostos e contribuições a recolher		19.539	3.478
Despesas antecipadas		5.720	7.304	Dividendos a pagar	17.d	7.941	45.002
Outros créditos - CP	9	3.817	1.520	Outras contas a pagar - CP	14	5.033	29.829
Partes relacionadas	15	6.068	5.428	Partes relacionadas - D		16.077	2.701
Total dos ativos circulantes		<u>1.470.398</u>	<u>1.059.952</u>	Total dos passivos circulantes		<u>1.030.123</u>	<u>556.513</u>
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	5	382.223	-	Valores a pagar de arrendamento	13	67.095	-
Contas a receber de clientes - LP	6	70	70	Outras contas a pagar	14	122	-
Estoques - LP	7	6.780	6.746	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16	18.363	16.592
Impostos a recuperar - LP	8	94.893	52.339	Total dos passivos não circulantes		<u>85.580</u>	<u>16.592</u>
Outros créditos - LP	9	23.078	16.993	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17		
Imobilizado	10	799.196	473.046	Capital social		896.299	896.299
Intangível		558	788	Reservas de lucros		<u>839.260</u>	<u>146.354</u>
Ativo de direito de uso	11	<u>74.066</u>	<u>5.824</u>	Total do patrimônio líquido		<u>1.735.559</u>	<u>1.042.653</u>
Total dos ativos não circulantes		<u>1.380.864</u>	<u>555.806</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.851.262</u>	<u>1.615.758</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>2.851.262</u>	<u>1.615.758</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)			
	Nota explicativa	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		835.861	189.482
Lucro líquido do exercício		835.861	189.482
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	19 e 20	16.680	22.878
Variações cambiais e monetárias líquidas	21	(34.376)	(52.316)
Juros sobre arrendamento	13	1.688	928
Constituição (reversão) de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa		934	(4.702)
Recuperação de PIS e COFINS - Exclusão de ICMS na base de cálculo	8	(54.126)	-
Reversão de perda estimada na recuperação de ativos	10 e 20	(340.326)	-
Baixa do imobilizado	10	<u>10.237</u>	<u>853</u>
		<u>436.572</u>	<u>157.123</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(228.623)	63.765
Estoques		(246.382)	(50.416)
Impostos a recuperar		57.317	13.496
Despesas antecipadas		1.584	131
Partes relacionadas		12.736	(8.620)
Outros créditos		(3.684)	(641)
Ativos de direito de uso		523.795	86.445
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		261	108
Obrigações e encargos trabalhistas		16.062	1.742
Impostos e contribuições a recolher		(21.980)	7.637
Outras contas a pagar		547.658	270.770
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>547.658</u>	<u>270.770</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicação Financeira - longo prazo		(382.223)	-
Adições ao imobilizado e intangível		<u>(15.426)</u>	<u>(5.898)</u>
		<u>17.010</u>	<u>163.872</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de parcelas de arrendamento	13	(12.540)	(12.945)
Pagamento de dividendos	17.d	(180.014)	(181.590)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(397.649)</u>	<u>(5.898)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de parcelas de arrendamento	13	(12.540)	(12.945)
Pagamento de dividendos	17.d	(180.014)	(181.590)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(397.649)</u>	<u>(5.898)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	292.620	222.283
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	<u>250.075</u>	<u>292.620</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		292.620	222.283
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>250.075</u>	<u>292.620</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$)							
	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Lucros (prejuízos) acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		896.299	1.866	151.008	-	21.725	1.070.898
Pagamento dividendos adicionais propostos (R\$0,057 por ação)	17.d	-	-	-	-	(21.725)	(21.725)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	189.482	-	189.482
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	17.b	-	9.474	-	(9.474)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,015 por ação)	17.d	-	-	-	(45.002)	-	(45.002)
Constituição de reserva de lucros retidos	17.b	-	-	135.006	(135.006)	-	-
Dividendos adicionais (R\$ 0,1685 por ação)	17.d	-	-	(151.000)	-	-	(151.000)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		896.299	11.340	135.014	-	-	1.042.653
Pagamento dividendos adicionais propostos (R\$0,044 por ação)	17.d	-	-	(135.014)	-	-	(135.014)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	835.861	-	835.861
Destinação do lucro:							
Constituição de reserva legal	17.b	-	41.793	-	(41.793)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,0026 por ação)	17.d	-	-	-	(7.941)	-	(7.941)
Constituição de reserva de lucros retidos	17.b	-	-	788.127	(788.127)	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		896.299	53.133	788.127	-	-	1.735.559

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco - Citepe ("Citepe" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, domiciliada na cidade de Ipojuca, Estado do Pernambuco, e tem por objeto social a produção e a comercialização de filamentos contínuos de poliéster ("POY") e politereftalato de etileno ("PET") e de produtos correlatos. A Citepe tem como controladora e "holding" a Alfa, S.A.B. de C.V. ("Controladora" ou "Alfa"), com sede no México.

A Citepe, com a Companhia Petroquímica de Pernambuco ("PetroquímicaSuape"), integra o Complexo Industrial Químico-Têxtil ("Complexo" ou "PQS"). A produção de ácido tereftálico purificado ("PTA") pela PetroquímicaSuape é matéria-prima para a produção de poliéster grau têxtil (POY) e texturizados e poliéster grau garrafa (PET) pela Citepe.

PANDEMIA DE COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil. Contudo, até o presente momento a Companhia não identificou impactos significativos, que comprometam o seu plano de negócios e operações.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão, emissão e divulgação destas demonstrações financeiras foi realizada pela Administração da Companhia em 28 de abril de 2022.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

A Administração da Companhia definiu a moeda corrente do Brasil, o real (R\$), como sua "moeda funcional", sendo esta premissa utilizada na preparação das demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

2.5. Instrumentos financeiros

2.5.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (a) ao custo amortizado; (b) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado, correspondem a ativos financeiros mantidos com o fim de recebimento de fluxo de caixa contratuais, sendo estes derivados exclusivamente de pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No caso da Companhia referem-se às contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

Deterioração de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos ("impairment"). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham afetado o fluxo estimado de caixa futuro do ativo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

Contas a receber de cliente

São registradas com base nos valores nominais desses créditos, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até a data das demonstrações financeiras, ajustadas por provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída com base na avaliação individual dos devedores quanto à possibilidade de liquidação, na experiência passada, negociações em andamento e projeções futuras.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de longo prazo, como investimento ou outros fins. Estão sujeitos a um risco de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5.2. Passivos financeiros

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos, inicialmente, na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, arrendamentos e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

2.6. Estoques

São demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método

de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.7. Impostos a recuperar

São representados por créditos oriundos, principalmente, de transações de compra de insumos para produção, consumo e de ativo imobilizado e estão apresentados ao custo, que não excede ao valor de realização (nota explicativa nº 8).

2.8. Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável (se aplicável).

A depreciação ou amortização dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes são as seguintes:

	Anos
Edificações e benfeitorias	25 a 45
Máquinas, equipamentos e instalações industriais	20 a 30
Móveis e utensílios	10
Telecomunicações e informática	5 a 10
Ferramentas	10

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo.

2.9. Redução ao valor recuperável de ativos - "impairment"

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível para identificar se existem indicadores de perda. A Companhia efetua o teste de "impairment" anualmente, ou quando existe um indicativo de desvalorização.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa - UGC é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por "impairment", são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment" na data do balanço.

2.10. Ativo de direito de uso

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. Reconhecendo um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistêmica é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento, sendo subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado. Os ativos de direito de uso são amortizados durante o período de arrendamento e a vida útil do correspondente ativo, qual for o menor. A amortização começa na data de início do arrendamento.

2.11. Provisões

2.11.1. Geral

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

2.11.2. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em processos judiciais como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

2.12. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

2.13. Lucro líquido básico e diluído por ação

Está calculado com base na quantidade média ponderada das ações disponíveis no exercício social findo na data do balanço. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias ou preferenciais com potencial de diluição.

2.14. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A Companhia, em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos de Clientes, considera se os critérios para a contabilização foram ou não atendidos. São definidos pela norma as seguintes etapas:

- A identificação do contrato com o cliente.
- A identificação das obrigações de desempenho.
- A determinação do preço de transação.
- A alocação do preço da transação.
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Avaliando os aspectos acima descritos, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia espera ter direito no momento em que conclui a transferência de controle de bens ou serviços e satisfaz todas as obrigações performance previstas nos contratos junto a seus clientes.

As receitas de vendas de mercadorias e os correspondentes custos são registrados, deduzindo de quaisquer estimativas de devoluções ou descontos comerciais.

2.15. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa efetiva de juros. As receitas de juros de aplicações financeiras temporárias oriundas de empréstimos estão deduzidas do custo dos juros capitalizáveis.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através da taxa efetiva de juros. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.16. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R\$240 a.a. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável.

2.17. ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A Companhia avaliou e não identificou impactos significativos em decorrência dessa interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação vigente.

2.18. Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

a) CPCs/IFRSs vigentes em 2021

As novas normas ou alterações a seguir, emitidas pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2021

[CPC 06 \(R2\)](#), [CPC 11](#), [CPC 38](#), [CPC 40 \(R1\)](#) e [CPC 48](#)

Reforma da Taxa de Juros de Referência: As alterações fomentam exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída por uma taxa quase livre de risco. As mudanças englobam: (a) Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros fluante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado; (b) Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de "hedge", sem que o relacionamento de "hedge" seja descontinuado; e (c) Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como "hedge" de um componente de risco.

Benefícios Relacionados a Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações prevêm concessão aos arrendatários sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

a) CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios.

Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de "liquidação" para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte, um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábil". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, elas esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 for-

COMPANHIA INTEGRADA TÊXTIL DE PERNAMBUCO - CITEPE

As notas explicativas são obrigatórias na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

Aplicações financeiras	183.968	260.383	Outros	25.013	18.697
Total	250.075	292.620	Adiantamento a fornecedores	5.153	6.973
			Total	565.090	305.430
			Circulante	558.310	298.884
			Não circulante (*)	6.780	6.746
			Total	565.090	305.430

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que todas as alterações terão na prática atual, mas não espera impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO FINANCEIRO

O gerenciamento de risco é fundamental para a otimização da utilização do capital da Companhia, que está exposta aos seguintes riscos advindos da contratação de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez.

- Risco de mercado.

- Risco de crédito.

- Risco de gerenciamento de capital.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a mensuração e gerenciamento de risco e, ainda, o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de liquidez

A abordagem da Companhia na Administração de sua liquidez é a de garantir o cumprimento de suas obrigações vincendas, sob condições normais, sem causar perdas ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para minimizar tais riscos, a Companhia monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais.

b) Risco de mercado

Risco de taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) decorrentes de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos captados (aplicados) no mercado. A Companhia, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros.

Risco de taxas de câmbio

Esse risco está atrelado à flutuação das taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por clientes, fornecedores e equivalentes de caixa.

A compra de matéria-prima e a venda do produto são indexadas ao dólar norte-americano, gerando um ajuste natural à exposição cambial nas suas operações, de forma que a Companhia julga não ser necessário nenhum tipo de proteção.

c) Risco de crédito

Advém da possibilidade de perdas resultantes do não recebimento das vendas realizadas aos clientes, em função da incapacidade financeira destes, e, ainda, do risco atrelado aos montantes aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. A forma como a Companhia monitora e mitiga esse risco está apresentada na nota explicativa nº 23.

d) Risco de gerenciamento de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital, de forma a assegurar a continuidade do empreendimento e, se necessário, complementar sua participação através da integralização de capital.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	11	11
Bancos conta movimento	66.096	32.226

10. IMOBILIZADO

	Imobilizado em uso						Imobilizado em andamento			Total	
	Terrenos	Edificações Benfeitorias	Máquinas, Equipamentos e Instal. Indust.	Móveis e utensílios	Telecomunicações e Informática	Outros	Perda estimada na recuperação	Obras	Equipamentos		Perda estimada na recuperação
Imobilizado de uso											
Saldo em 01 de janeiro de 2020	971	2.186.150	1.134.438	3.544	5.392	13.013	(2.885.668)	90.733	338.473	(399.892)	487.154
Adições	-	1	-	-	6	1.532	-	3.868	(331)	-	5.076
Transferências	-	1.184	2.868	-	712	(1.323)	-	(3.485)	44	-	-
Baixas	-	-	(726)	-	-	(73)	-	-	(54)	-	(853)
Depreciação	-	(59.977)	(70.114)	(588)	(790)	(921)	114.059	-	-	-	(18.331)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	971	2.127.358	1.066.466	2.956	5.320	12.228	(2.771.609)	91.116	338.132	(399.892)	473.046
Adições	-	-	-	-	-	3.887	-	10.611	-	-	14.498
Transferências	-	21.344	12.431	-	14	(2.852)	(5.369)	(24.047)	(6.890)	5.369	-
Baixas	-	-	(9.713)	-	-	(523)	-	-	-	-	(10.237)
Depreciação	-	(60.420)	(68.990)	(540)	(840)	(947)	113.299	-	-	-	(18.438)
Reversão de provisão de perda de valor recuperável	-	-	-	-	-	-	340.326	-	-	-	340.326
Saldo em 31 de dezembro de 2021	971	2.088.282	1.000.194	2.416	4.494	11.793	(2.323.353)	77.680	331.242	(394.523)	799.196

A maior parte do saldo de ativo em andamento é o estoque de peças de reposição e sobressalente de máquinas e equipamentos, além de investimentos em projetos CAPEX. Cabe ressaltar ainda que o saldo da provisão para perda no valor recuperável dos ativos está relacionado a obra e equipamentos de projetos não concluídos do segmento têxtil da Companhia.

10.1. Valor recuperável do ativo - teste de "impairment"

Na avaliação de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis em 31 de dezembro de 2021, a Companhia prioriza o emprego do valor em uso dos ativos (agrupados em UGCs) a partir de projeções que consideram: (i) a vida útil estimada do conjunto de ativos que compõem a UGC; (ii) premissas e orçamentos para o período correspondente ao ciclo de vida esperado, em razão das características dos negócios; (iii) disposições legais tributárias atuais; e (iv) taxa de desconto pré-imposto, que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital - "Weighted Average Cost of Capital - WACC" - pós-imposto, taxa média de câmbio (Real/Dólar), cujas estimativas são relevantes para o negócio da Companhia. As projeções relacionadas às premissas-chave derivam do orçamento e são consistentes com evidências de mercado, tais como previsões macroeconômicas independentes, análises da indústria e de especialistas.

A Administração considerou como UGC a planta industrial de PET e Filamentos (Citepe). A avaliação de recuperabilidade dos ativos em 2021, resultou em uma reversão parcial de provisão de perda do imobilizado constituída em anos anteriores em R\$340 milhões. Os fluxos de caixa futuros consideraram: horizonte de projeção de 08 (oito) anos (2021-2028), premissas e orçamentos das companhias; disposições legais tributárias atuais para débitos e créditos fiscais aplicadas e taxa de desconto pós-imposto em moeda constante de 10,04% a.a. (13,04% a.a. em 2020), que deriva da metodologia do WACC para o setor petroquímico. O resultado desta reversão é decorrente de melhores resultados econômicos apresentado pela Companhia nos últimos anos, devido a acréscimo de volume de vendas, melhores margens, performance da unidade fabril entre outros fatores.

Em 2020 os estudos preliminares evidenciaram possível reversão, no entanto, não finalizados completamente, devido a cenários extraordinários de mercado e buscar melhor histórico de evolução do negócio, a Administração considerou para o exercício de 2020 não finalizar os testes de "impairment", realizando-os em 2021, com melhores dados históricos e avaliação dos devidos saldos dos ativos.

Em 2021 a aplicação financeira mantida no exterior foi transferida para o longo prazo tendo em vista a não previsão de utilização de seus recursos monetários em 2022 (nota explicativa nº 05).

As aplicações financeiras correspondem a operações de curto prazo realizado com instituições que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características alta liquidez, baixo risco de crédito. Os rendimentos estão vinculados a um percentual do CDI com taxa média anual de remuneração de 68,5% em 2021 (87,9% em 2020), a partir do prazo de permanência dos recursos na aplicação.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Rating	Vencimento	31/12/2021		31/12/2020
		Em USD	Em R\$	
Aplicações financeiras - no exterior	Dezembro/23	68.500	382.223	-
Total		68.500	382.223	-
Não circulante		68.500	382.223	-

A Companhia possui recursos aplicados em fundos de investimentos no exterior em dólar americano, a qual os rendimentos estão atrelados a Libor 3 meses, adicionado spread com variação de acordo com os montantes aplicados, enquadrando-se entre 0,60% a 1,00% a.a. Adicionalmente, a Companhia não pretende utilizar o saldo ao longo de 2022.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2021	31/12/2020
Cientes no país	387.257	136.258
Cientes partes relacionadas	21.185	41.081
Cientes no exterior	99.189	94.482
Subtotal	507.631	271.821
Perdas com provisão de crédito esperado	(4.017)	(5.965)
Total	503.614	265.856
Circulante	503.544	265.786
Não circulante	70	70
Contas a receber de clientes por vencimento	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	501.778	258.682
Vencidos	-	-
Até 15 dias	-	1.444
De 16 a 30 dias	879	-
De 60 a 90 dias	-	1.164
Acima de 90 dias	4.974	10.531
Total	507.631	271.821

A movimentação de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa encontra-se demonstrada a seguir:

Saldo em 01 de janeiro de 2021	10.667
(-) Reversão	(4.702)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.965
(-) Reversão	(1.948)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	4.017

7. ESTOQUES

	31/12/2021	31/12/2020
Produtos acabados	249.270	113.629
Produtos em elaboração	11.534	7.732
Matérias-primas	233.718	135.726
Produtos químicos e embalagens	40.402	22.673

11. ATIVOS DE DIREITO DE USO

	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	75	13.149	387	13.611
Adições para novos contratos	-	3.783	-	3.783
Amortização reconhecidas no exercício	(41)	(11.239)	(290)	(11.570)
Saldo final de 31 de dezembro de 2020	34	5.693	97	5.824
Adições para novos contratos (a)	81	79.580	-	79.661
Amortização reconhecidas no exercício	(44)	(11.278)	(97)	(11.419)
Saldo final de 31 de dezembro de 2021	71	73.995	-	74.066
Custo	194	107.395	580	107.395
Amortização acumulada	(123)	(33.400)	(580)	(34.103)
Saldo final de 31 de dezembro de 2021	71	73.995	-	74.066

Outras informações

Prazos dos contratos

	Taxa a.a.%
1 ano	9,27
2 anos	10,47
3 anos	11,15
4 anos	11,49
5 anos	11,82
Mais de 5 anos	12,44

a) A Companhia arrenda dentro dos critérios do CPC 06 (R2), os contratos de longo prazo (Acima de 12 meses) e que há controle do bem pelo direito de uso, sendo o principal deles o de armazenagem de matérias-primas.

(*)O saldo classificado como não circulante refere-se a estoque de embalagem, cuja utilização interna só é possível com a finalização do projeto da planta de fiação. Anualmente, a Companhia avalia, através de laudo técnico, as condições de uso dessas embalagens. Os referidos laudos constatam que o material apresenta resistência adequada e está apto ao uso.

Adicionalmente, parte dos estoques de produto acabado e matérias-primas está em poder de terceiros (armazenagem externa). Com exceção do estoque de produtos acabados, a decisão de estocagem externa de matéria-prima (MEG - monoetileno glicol) faz parte da concepção do projeto, tendo em vista o espaço físico da planta, logística de abastecimento e custo.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.050	1.769
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	4.995	3.115
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	224.336	228.908
Outros	6.377	7.157
Total	237.758	240.949
Circulante	142.865	188.610
Não circulante	94.893	52.339
Total	237.758	240.949

Em 2021, a Companhia obteve decisão judicial favorável e definitiva acerca da exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS e reconheceu o montante de R\$58.824, registrado no ativo não circulante como impostos e contribuições. O reconhecimento dos créditos como ativo atende ao pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, por ser praticamente certa a entrada de benefício econômico para a companhia, uma vez que: (i) a decisão transitada em julgado em 2021 se constitui um direito que deixou de ser contingente na data dessa decisão. O ganho líquido no resultado registrado em 2021 foi de R\$58.824, sendo R\$54.126 de recuperação de tributos em outras receitas operacionais, R\$4.698 de atualização monetária no resultado financeiro

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2021	31/12/2020
Indenização Petrobras (a)	17.767	16.278
Outros	9.128	2.235
Total	26.895	18.513
Circulante	3.817	1.520
Não circulante	23.078	16.993
Total	26.895	18.513

a) O principal valor registrado a título de Indenização Petrobras, refere-se principalmente a processos fiscais e trabalhistas e, principalmente, cobrança de imposto sobre o serviço de qualquer natureza - ISS. Com base no extrato de cobrança emitido pela Prefeitura foi constituída provisão referente a obrigação tributária atualizada até aquela data no montante de R\$12.665 (R\$11.933 até 31 de dezembro de 2020).

Tendo em vista acordo de compra e venda da Companhia, que prevê que a antiga controladora é responsável pelos processos até a data da venda, a provisão foi constituída no passivo (ver nota explicativa nº 16) em contrapartida de ativo a receber da Petrobras.

12. FORNECEDORES

	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	126.327	70.847
Mercado externo	252.290	69.231
Partes relacionadas (nota explicativa nº 15)	593.229	327.583
Total	971.846	467.661

Encontram-se registrados em fornecedores, provisões de gastos incorridos na competência e que terão os correspondentes documentos fiscais emitidos no exercício social seguinte.

13. VALORES A PAGAR DE ARRENDAMENTO

	31/12/2021
Movimentação do passivo de arrendamento	
Em 1º de janeiro de 2020	14.206
(+) Juros do exercício	928
(+) Adição de novos contratos	3.783
(-) Contraprestação paga	(12.945)
Em 31 de dezembro de 2020	5.972
(+) Juros do exercício	1.688
(+) Adição de novos contratos	79.531
(-) Contraprestação paga	(12.540)
Em 31 de dezembro de 2021	74.651

A Companhia arrenda dentro dos critérios do CPC 06 (R2), os contratos de longo prazo (Acima de 12 meses) e que há controle do bem pelo direito de uso, sendo o principal deles o de armazenagem de matérias-primas, veículos leves e móveis e utensílios da cozinha industrial. A seguir é demonstrada a idade de vencimento do passivo de arrendamento contemplando o ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021	Total
Valor nominal de arrendamento	12.868	7.556
(-) AVP de Passivos de arrendamento	(5.312)	

